

# OBSERVATÓRIO DA CONJUNTURA NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

Relatório #13 - De 8 de maio a 30 de junho de 2021

**Subindo pela Cordilheira dos Andes:**  
mudanças e processos abertos em todo o continente



# Navegar pelas regiões

Clique nos títulos para ler

## Mesoamérica

Atravessada pela crise migratória e política, em torno às eleições se agudizam as tensões sociais

- Crise migratória: visita de Kamala Harris e foco na corrupção
- A 4T de AMLO passam pela prova eleitoral mas soam alguns alarmes
- Crise política na Nicarágua: ingerência norte-americana e detenção a opositores
- Honduras: crítica às ZEDES e eleições presidenciais
- O poder absoluto de Bukele tensiona com EUA, cooperação com China e lei Bitcoin
- Guatemala: falta de vacinas e caso Diário Militar
- Costa Rica e Panamá: casos de corrupção movem o mapa político

## Os Andes

movem os cimentos (neoliberais) do continente

- Peru: "Democracia sim, mas não quando perco"
- Mobilização permanente, violência estatal e crise política na Colômbia
- Cenários de disputa no marco da luta contra o bloqueio e a defesa da Revolução Bolivariana na Venezuela
- Equador na passagem de Moreno a Lasso, de mal a pior
- Bolívia e o caminho para conhecer a verdade por trás do golpe: intervenção estadunidense, financiamento da direita regional e processamento dos golpistas

## ● Resumo

### ● A crise pandêmica: consequências e políticas

- Entre o desenvolvimento da nova onda de contágios e os avanços da vacinação
- Futebol, pandemia e neoliberalismo

### ● Imperialismo e integração

- O imperialismo sob o governo Biden
- A integração em disputa
- A articulação dos povos

### ● Em perspectiva

## Caribe insular

Das conquistas de Cuba à insegurança no Haiti

- Cuba: 5 vacinas e um bloqueio condenado pela comunidade internacional
- Haiti: referendo adiado, crise de violência e Covid, e visita da OEA
- República Dominicana: conflitos fronteiriços com o Haiti e novo Código Penal
- Porto Rico: privatização de energia elétrica e apagão

## Cone Sul

Entre a expectativa pelo Chile e o espanto permanente pelo Brasil

- Brasil em seu labirinto
- Chile: dos três terços aos quatro quartos
- Argentina, em direção às eleições
- Uruguai: paralisação e assinaturas contra a LUC
- Paraguai: conflitos por terra e por energia, em um cenário político marcado pelas internas

# Índice

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1. Resumo</b> .....  | <b>4</b>  |
| <b>2. A crise pandêmica: consequências e políticas</b> .....  | <b>9</b>  |
| <i>a) Entre o desenvolvimento da nova onda de contágios e os avanços da vacinação</i>   | 9         |
| <i>b) Futebol, pandemia e neoliberalismo</i>  | 12        |
| <b>3. Os Andes movem os cimentos (neoliberais) do continente</b> .....  | <b>14</b> |
| <i>a) Peru: “Democracia sim, mas não quando perco”</i>  | 14        |
| <i>b) Mobilização permanente, violência estatal e crise política na Colômbia</i>  | 16        |
| <i>c) Cenários de disputa no marco da luta contra o bloqueio e a defesa da Revolução Bolivariana na Venezuela</i>   | 17        |
| <i>d) Equador na passagem de Moreno a Lasso, de mal a pior</i>  | 18        |
| <i>e) Bolívia e o caminho para conhecer a verdade por trás do golpe: intervenção estadunidense, financiamento da direita regional e processamento dos golpistas</i> | 19        |
| <b>4. Cone Sul, entre a expectativa pelo Chile e o espanto permanente pelo Brasil</b> .....   | <b>21</b> |
| <i>a) Brasil em seu labirinto</i>   | 21        |
| <i>b) Chile: dos três terços aos quatro quartos</i>   | 25        |
| <i>c) Argentina, em direção às eleições</i>   | 27        |
| <i>d) Uruguai: paralisação e assinaturas contra a LUC</i>   | 29        |
| <i>e) Paraguai: conflitos por terra e por energia, em um cenário político marcado pelas internas</i>  | 30        |
| <b>5. Mesoamérica: atravessada pela crise migratória e política, em torno às eleições se agudizam as tensões sociais</b> .....                                      | <b>33</b> |
| <i>a) Crise migratória: visita de Kamala Harris e foco na corrupção</i>   | 33        |
| <i>b) A 4T de AMLO passam pela prova eleitoral mas soam alguns alarmes</i>  | 34        |
| <i>c) Crise política na Nicarágua: ingerência norte-americana e detenção a opositores</i>   | 35        |
| <i>d) Honduras: crítica às ZEDES e eleições presidenciais</i>   | 37        |
| <i>e) O poder absoluto de Bukele tensiona com EUA, cooperação com China e lei Bitcoin</i>   | 38        |
| <i>f) Guatemala: falta de vacinas e caso Diario Militar</i>   | 38        |
| <i>g) Costa Rica e Panamá: casos de corrupção movem o mapa político</i>   | 39        |
| <b>6. Caribe insular, das conquistas de Cuba à insegurança no Haiti</b> .....   | <b>40</b> |
| <i>a) Cuba: 5 vacinas e um bloqueio condenado pela comunidade internacional</i>   | 40        |
| <i>b) Haiti: referendo adiado, crise de violência e Covid, e visita da OEA</i>  | 41        |
| <i>c) República Dominicana: conflitos fronteiriços com o Haiti e novo Código Penal</i>  | 44        |
| <i>d) Porto Rico: privatização de energia elétrica e apagão</i>   | 44        |
| <b>7. Imperialismo e integração</b> .....   | <b>46</b> |
| <i>a) O imperialismo sob o governo Biden</i>  | 46        |
| <i>b) A integração em disputa</i>   | 48        |
| <i>c) A articulação dos povos</i>   | 51        |
| <b>8. Em perspectiva</b> .....  | <b>53</b> |

# 1. Resumo

Durante os meses de maio e junho, as bases do continente e do mundo continuaram se movendo em meio à disputa global entre a primazia da vida sobre o capital. Dessa forma, a multiplicidade de eventos que relatamos neste Relatório n.13 nos permite mostrar os avanços e retrocessos que tiveram os processos emancipatórios e transformadores de alguns países de Nuestra América, no marco do segundo ano de pandemia que longe de cumprir o que anunciavam os programas motivacionais da televisão mostrou a desigualdade, a exploração e o egoísmo típicos do sistema capitalista.

No contexto global, durante esses meses, o crescimento dos casos de Covid-19 no mundo continuou, mas em particular na América Latina e Caribe. Com a segunda ou terceira ondas, dependendo do país, várias campanhas de vacinação se iniciaram, e com isso se desenvolveu um entramado político e ideológico que, como bom exemplo do sistema, transformou também um bem de humanidade em mercadoria. Exemplo disso é a decisão dos EUA de doar vacinas a alguns países da América Latina, com exceção de Cuba, Venezuela e Nicarágua. Porém, diante disso, a Ilha da Revolução continuou com o desenvolvimento e aprovação de suas vacinas, enviando os primeiros carregamentos a esses países excluídos por motivos políticos dos beneficiários do fundo Covax, e mesmo a Argentina iniciou a produção local da Sputnik V, em um acordo com o laboratório Gamaleya.

"Vamos sair melhores da pandemia", disseram os coaches emocionais, mas um ano depois, podemos dizer que estavam errados. A primazia do lucro e da mercadoria sobre a vida não se dá apenas no mundo das vacinas e suas patentes, mas também no mundo do entretenimento, pois para o capitalismo "o show deve continuar". Durante o mês de junho, foi realizada a Copa América, e algumas eliminatórias da Copa do Mundo 2022, em meio a repressões policiais fora dos estádios, e crises sanitárias como a do Brasil onde, apesar do caos político e epidemiológico com milhares de mortes diárias, Bolsonaro acolheu o pedido da Conmebol de sediar o evento, tirando o humano - a parte bela - do jogo.

Nesse marco, os povos do continente viram com entusiasmo nascer novamente, nos altos Andes peruanos, uma esperança que pode modificar radicalmente o cenário continental ao marcar um gol na longa tradição neoliberal dos países do Pacífico: Pedro Castillo obteve a maioria dos votos no Peru; mas o povo continua esperando, após quase um mês do resultado das eleições, que ele seja proclamado o próximo presidente, em decorrência das tentativas de golpe do fujimorismo e da direita local que ficaram muito nervosas após a vitória apertada do professor. Na Colômbia, diante da enorme mobilização nacional que passou dois meses nas ruas exigindo - e conseguindo - reformas estruturais, o



governo de Iván Duque e do uribismo, não encontra como contra-argumentar e vencer a batalha senão por meio dos antidemocráticos mecanismos dessa estranha democracia que defendem, só sob medida, com repressão e a violação sistemática dos direitos humanos. Na Bolívia, os cavalheiros dessa mesma democracia foram evidenciados para o mundo pela investigação do *The Intercept*, na qual se comprovou a estratégia golpista planejada e elaborada a partir dos EUA, com a conivência e o apoio de países vizinhos que incluíram até o embarque de armas, como fez o ex-presidente Moreno, do Equador. Enquanto isso, a Venezuela se prepara para as eleições regionais em novembro, em meio a uma nova mesa de negociações entre o governo nacional, o governo dos EUA e a oposição realmente existente. Esta última merece destaque, especialmente para a figura de Juan Guaidó que continua, sem qualquer representação ou apoio em nível nacional, presidindo um país imaginário.

Descemos a Cordilheira dos Andes em direção ao Cone Sul e seus grandes protagonistas deste relatório n.13: o Chile, que depois de realizar as eleições constituintes convencionais para enterrar a Constituição de Pinochet, definiu que a próxima será redigida por 83 mulheres e 72 homens, com ampla representação de setores independentes, povos indígenas entre outros. O amplo debate sobre o modelo do país para deixar para trás a carga neoliberal continua e está apenas começando a corrida presidencial, que será definida entre novembro e dezembro deste ano.

Já o povo brasileiro devolve a beleza ao jogo, pelo menos na disputa nas ruas e na resistência ao genocídio perpetrado por Bolsonaro. Nesses meses houve inúmeras mobilizações contra as políticas governamentais, exigindo vacinas para todos, além do já estabelecido Fora Bolsonaro, entre outros inúmeros motivos que surgem diariamente para combater seu governo, como a denúncia de experimentação de imunidade de rebanho que tentou fazer com a população da Amazônia, ou com o desenvolvimento da própria Copa América enquanto milhares de brasileiros morrem, em decorrência da gestão governamental da Covid-19.

Antes de subir do sul, nesta edição nos aprofundamos também nos cenários do Paraguai e do Uruguai, onde diferentes mobilizações contra governos neoliberais organizam as agendas da classe trabalhadora, que convergem também na rejeição às políticas de fome e desigualdade, no meio de medidas sanitárias questionáveis; e a Argentina, onde está aberto o caminho para as eleições legislativas de setembro, no marco do avanço da taxa de vacinação e da chegada de mais remessas de vacinas ao país.

Na Mesoamérica, a crise migratória continua a ser a principal protagonista, e nesse sentido se encontra o lugar importante que esta região ocupa na geopolítica dos EUA para todo o continente. A vice-presidente Kamala Harris visitou o México e a Guatemala e homenageando o *american way of acting* do tapa com luva de pelica, ao mesmo tempo que divulga mudanças na política de imigração, financia ONGs privadas para "prevenir a migração de pessoas"; durante os meses de maio e junho houve mais de 180 mil prisões de migrantes realizadas pelas patrulhas de fronteira dos EUA.



Enquanto isso, no caso da Guatemala, as mobilizações continuam exigindo a liberdade dos presos políticos; em Honduras se preparam as eleições presidenciais 12 anos após o golpe de Estado - financiado pelos EUA - contra Manuel Zelaya; em El Salvador há preocupações crescentes sobre o golpe no judiciário pelo presidente Nayib Bukele. Outro pregador democrata com prática antidemocrática, que *não é o mesmo, mas é igual*, como seus vizinhos do Panamá e da Costa Rica, onde membros importantes das classes políticas dominantes, inclusive ex-presidentes como Martinelli e Varela devem ir a julgamento por denúncias de corrupção no famoso caso Odebrecht, outra conduta que não propriamente democrática e nem respeitadora das instituições.

No México houve eleições intermediárias com resultados favoráveis ao projeto de governo de AMLO, mas que fazem soar alguns alarmes, especialmente levando em consideração o referendo revogatório de março de 2022 e as eleições presidenciais de 2024; e a Nicarágua, a caminho das eleições presidenciais de novembro, vive uma crise política em um contexto de forte polarização entre o cerco permanente dos EUA e a tentativa de intervencionismo e o endurecimento das políticas governamentais contra os adversários - muitos deles financiados pelos EUA - e a prisão de alguns deles. Diante disso, a OEA - depois de manter um silêncio ensurdecedor sobre a dramática situação humanitária na Colômbia e a evidente preparação de um golpe no Peru - convocou uma reunião do Conselho Permanente, onde aprovou uma resolução não vinculante sobre o país da América Central.

O Caribe, tendo Cuba como exemplo, continua a encher nossa região de esperança. Apesar do bloqueio permanente dos EUA e da rejeição mundial a ele (como demonstrado na última Assembleia Geral da ONU, onde 184 países votaram pelo fim dessas medidas), Cuba conseguiu a aprovação de duas de suas vacinas candidatas, Abdala e Soberana 02, como eficientes vacinas contra a Covid-19. É o único país da nossa região que poderá não só vacinar toda a sua população com uma vacina produzida pelos seus próprios cientistas - até o fechamento desta edição 20% da sua população já está vacinada - mas também enviar vacinas aos países esquecidos pela doação seletiva, como é o caso da Venezuela.

No Haiti, no âmbito de seu governo inconstitucional, Jovenel Moïse foi assassinado na madrugada de 7 de julho em sua residência. Isso ocorreu no marco do adiamento do referendo e de uma crise política com altos níveis de violência e insegurança. Em junho, dezenas de pessoas foram assassinadas, entre elas a ativista feminista Antoinette Duclaire e o jornalista Diego Charles. Outra alarmante situação humanitária sobre a qual a OEA silencia ruidosamente, bem como a crise energética em Porto Rico e a vergonhosa construção do muro entre a República Dominicana e o Haiti.

Todas essas bases continentais se movem à medida que os EUA buscam desenvolver e garantir sua geopolítica em nossa região em meio à urgência de recuperar a hegemonia perdida na disputa com a China e a Rússia, como se fosse um jogo de WAR, com métodos de desestabilização política por meio do financiamento da USAID em países como Nicarágua e México, e seu cerco permanente à Venezuela e Cuba. Nesse contexto, Joe Biden participou da Cúpula do G7, e fez sua viagem pela Europa na qual se encontrou



com Vladimir Putin, a quem passou de chamar de assassino no início de seu governo a considerá-lo um interlocutor válido alguns meses depois.

Diante disso, a América Latina e o Caribe continuam buscando cenários de encontro e articulação. Dessa forma, durante o mês de junho, se desenvolveu a ação continental em defesa do meio ambiente contra o capitalismo predatório, o Congresso do Bicentenário dos povos do mundo em comemoração aos 200 anos da Batalha de Carabobo - que deu a independência à Venezuela e assegurou um golpe certo na campanha de libertação de Simón Bolívar em todo o continente - e na Cúpula de Chefes de Estado da ALBA-TCP com a participação pela primeira vez do Presidente da Bolívia, Luis Arce Catacora.

Por meio desse mapa de navegação, elaboramos este relatório n.13 do Obsal, entre os Escritórios de São Paulo e Buenos Aires do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. Desta vez, com esperanças e ares de mudança, também com fortes advertências e preocupações, mas com a certeza enraizada do que dizia Salvador Allende durante o golpe de Estado perpetrado pela CIA contra ele em 1973: “A história é nossa, e a fazem os povos”. Quarenta e oito anos depois, vemos isso.





Foto: Aldair Mejía (EFE)



## 2. A crise pandêmica: consequências e políticas

### a) Entre o desenvolvimento da nova onda de infecções e os avanços na vacinação

A nova onda de expansão da Covid-19 na região, segunda ou terceira dependendo do país e da avaliação, continuou a se desdobrar em maio e junho a patamares expressivos, embora em geral os picos de contágio anteriores não tenham sido atingidos; principalmente em abril, quando foram registrados números recordes em muitos países, ainda maiores do que os máximos de 2020. De qualquer forma, o nível de contágio e mortes significou a repetição de situações críticas, bem como momentos de transbordamento dos sistemas de saúde, com seus trabalhadores fragilizados pelo esforço prolongado que envolveu mais de um ano de pandemia e pela precariedade estrutural decorrente das políticas neoliberais.

Nesse contexto, com o terceiro número de infectados e o segundo de óbitos no mundo, no final de junho o Brasil passou a ocupar o primeiro lugar no número médio de novas infecções, representando cerca de um em cada cinco notificações no mundo a cada dia. Depois de ter antecipado a segunda onda de Covid a nível regional durante o mês de março, desde meados de junho a curva de contágio voltou a apresentar uma curva preocupantemente ascendente naquele país, em um contexto em que o presidente Bolsonaro reiterou publicamente seu discurso negacionista, criticando o uso de máscaras e, ainda, subestimando o valor da vacinação. Sendo no nível regional a voz mais importante do negacionismo, certamente o governo brasileiro não é o único a agitar a defesa da liberdade econômica e do livre mercado e desvalorizar a importância da Covid-19, rejeitando as medidas de saúde pública. Além disso, em face dessa nova onda de contágio, extremismos libertários e negacionistas reapareceram em outros países no contexto de uma crescente gravidade sanitária.

Em relação aos problemas sanitários, no início de junho o Peru alcançou uma das mais altas taxas de mortalidade da Covid-19 do mundo. Também no Uruguai, em maio, houve um número recorde de novas mortes diárias, com novo pico em junho. Por outro lado, apesar de ter uma das maiores taxas de vacinação da região e a mais alta do mundo, o governo chileno teve que adotar repetidas medidas de isolamento e restrição de mobilidade em Santiago e outras localidades do país entre maio e junho, dado o crescimento de infecções e óbitos; também na Argentina, nesse mesmo período, medidas restritivas foram restabelecidas devido ao aumento substancial de casos e óbitos.



Ao final de junho, a América Latina e Caribe representavam 19,6% do total de infecções em todo o mundo, quando sua população é de aproximadamente 10%; Em particular, a América do Sul registra uma média de infecções diárias por milhão de 323 contra 40 na América do Norte, 59 na Europa e 29 na Ásia, o que, para alguns [analistas](#), torna-a mais uma vez o epicentro global da pandemia. Os efeitos da Covid-19 são mais danosos se considerarmos as mortes: toda a região responde por quase 30% das mortes, com uma taxa de mortalidade de 3,4%, que é a mais alta do mundo. Nesse contexto, [as tabelas](#) por país, a partir de 30/6, indica que as situações mais complexas estão sendo vividas em Cuba (no pico das infecções), Colômbia (com 99% em relação ao último pico registrado na curva de contágio), Honduras (93%), Guatemala (90%) e Brasil (85%), sendo que nos quatro primeiros casos, assim como no Equador, Panamá, Nicarágua e México a curva é ascendente.

Por outro lado, em relação às vacinas, a Organização Mundial da Saúde denunciou a distribuição desigual de imunizantes em abril, apontando que enquanto os países ricos concentram mais de 87% das doses, os países mais pobres só têm acesso a 0,2% delas. Desde aquela data, os avanços nos planos de vacinação repetiram essa desigualdade. No final de junho, os países com a maior porcentagem da população vacinada - pelo menos com uma dose - incluíam principalmente Canadá, alguns países europeus, Israel, EUA e algumas monarquias árabes do petróleo. Chile e Uruguai também aparecem nesse seleto grupo, embora, como já apontamos, devido às políticas sanitárias adotadas e ao tipo de vacina utilizada, em ambos os países, longe de ser reduzida, a curva de contágio experimentou aumentos significativos nos últimos meses. Um exemplo de que a vacinação isoladamente, sem medidas restritivas, não é uma resposta suficiente à pandemia neste momento. Considerando apenas o percentual de vacinados em dose única, o mapa regional foi concluído em junho - de acordo com dados do [One World Data](#) - localizado, após Chile e Uruguai, Argentina (37%), Brasil (35%), Costa Rica (32%), El Salvador (24,7%), Cuba (24,6%), México (24%), Panamá (23%), Colômbia (22,3%), Equador (15,8%), Peru (13%), Paraguai (6,4%), entre outros.

A região adquiriu parte significativa desse lote de vacinas de governos e empresas, outra quantidade importante veio por meio do mecanismo Covax e uma parcela menor por meio de doações. O mecanismo Covax - ou Fundo de Acesso Global para vacinas Covid-19 - é uma iniciativa lançada em abril de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), União Europeia e França, que reúne governos, indústria farmacêutica, laboratórios e ONGs, com a intenção de facilitar o acesso às vacinas aos países com menos recursos ou com mais dificuldades. No entanto, a Covax estava muito longe de cumprir as metas ambiciosas que foram estabelecidas no início. Em contribuição publicada na prestigiosa revista *The Lancet*, o pesquisador Gavin Yamey, da Duke University, nos EUA, que trabalhou no projeto de Covax, observou que era "uma bela ideia, nascida da solidariedade", que "infelizmente" não deu certo os frutos esperados porque "os países ricos se comportaram pior que nos piores pesadelos de qualquer pessoa". Esses países tiveram uma atitude semelhante no âmbito da OMC, quando se recusaram a liberar patentes das vacinas apesar das enormes pressões e reivindicações públicas feitas pelos



países do Sul, pelas coalizões de movimentos populares e ONGs, conforme analisamos [em nosso relatório n.12](#).

Por fim, no início de maio o governo dos EUA anunciou sua disposição de liberar temporariamente essas patentes e a União Europeia, mais relutante, concordou em estudar o assunto. No entanto, até o final de junho nada disso aconteceu. Por outro lado, já em junho, o presidente Biden avançou com seu plano de intervir ativamente no cenário internacional de fornecimento de vacinas - principalmente no Sul do mundo - que até agora havia sido amplamente ocupado pelos governos da Rússia e da China. Nesse sentido, a) os primeiros dias de junho anunciaram a doação de 80 milhões de vacinas. O primeiro passo foi a entrega de 19 milhões ao fundo Covax, dos quais 6 milhões corresponderiam à América Latina e Caribe - embora excluísse Venezuela, Nicarágua e Cuba dessa doação; b) no âmbito da reunião do G7, anunciou a decisão de comprar 500 milhões de doses da vacina da Pfizer para desenvolver um plano de distribuição global em conjunto com o G7; c) no final de junho anunciou que além daquelas que doaria ao fundo Covax, distribuiria mais 14 milhões de vacinas na América Latina e no Caribe, em particular para os países considerados “prioritários regionais”, entre os quais mencionou Colômbia, Brasil e Argentina.

No entanto, enquanto essas promessas estão apenas começando a se materializar, o cenário é de agravamento da catástrofe sanitária com a imposição do lucro corporativo e do controle corporativo do conhecimento científico, o que por outro lado enaltece as políticas de solidariedade em andamento e o desenvolvimento regional dos recursos tecnológicos para enfrentar a pandemia.

Nesse sentido, o esforço latino-americano para o desenvolvimento e produção local de medicamentos é claramente liderado por Cuba, com o desenvolvimento de cinco vacinas. Na segunda quinzena de junho, o governo cubano anunciou os bons resultados obtidos pelos dois imunizantes em estado mais avançado. Na avaliação da terceira fase, a Soberana 02 - desenvolvida pelo Instituto Finlay— mostrou, com duas doses, uma eficácia de 62%, enquanto a Abdala - desenvolvida pelo Centro de Engenharia e Biotecnologia de Cuba - alcançou eficácia de 92,2% em três doses. Em meio a uma campanha internacional de solidariedade para o envio de seringas e agulhas a que o povo cubano não tem acesso devido a um bloqueio que dura mais de 60 anos, o avanço dessas duas primeiras vacinas sugere a proximidade de seu uso em campanhas de vacinação na ilha e em toda a região. Nesse sentido, já no final de junho a primeira remessa da Abdala chegou à Venezuela.

Outros avanços na produção local de vacinas também foram registrados nesses meses. Por um lado, iniciou-se a distribuição da produção mexicano-argentina da Astrazeneca. Por outro lado, iniciou-se a primeira etapa da produção argentina da Sputnik V. Com acordos firmados ou em negociação, nos próximos meses essa experiência poderá ser replicada em outros países da região. Finalmente, em junho, o México anunciou uma nova doação da Astrazeneca fabricada regionalmente, para Bolívia, Guatemala, El Salvador, Honduras, Jamaica e Trinidad e Tobago; reiterando uma iniciativa de solidariedade regional. Por último, no sentido que já havíamos analisado no relatório anterior,



a importação de vacinas por empresas implicou que em junho, no âmbito da iniciativa colombiana "Empresas de vacinação", a corporação Rappi daquele país anunciou que havia adquirido 4 mil doses para os entregadores em função da duração da jornada de trabalho e do número de entregas realizadas.

No entanto, o progresso da vacinação a nível regional - ainda desigual - e as expectativas que suscita em relação a controlar moderadamente a epidemia e poder regressar a uma situação de certa normalidade e recuperação econômica confrontam-se hoje com a ameaça da chegada e efeitos das novas cepas do vírus; em particular a Delta - que surgiu na Índia - que se revelou muito mais contagiosa e, ao que parece, mais letal. Os riscos de uma nova onda de infecções nos próximos meses a partir dessas novas cepas representam não só um desafio para a saúde das populações e do sistema de saúde, mas também, pelo aprofundamento do atual cenário de desigualdade social já em si muito grave, que questionam as ações dos governos e das populações mais afetadas por esse duplo vendaval.

## **b) Futebol, pandemia e neoliberalismo**

“A bola não se mancha”, disse Diego Armando Maradona em 2001, e nos deixou uma frase para colocar em xeque as intenções apolíticas que o futebol quer encobrir da mídia hegemônica em situações como a vivida em junho durante o desenvolvimento da Copa América.

O campeonato regional de times de futebol estava inicialmente programado para ocorrer em 2020, mas como resultado da emergência da pandemia foi adiado para 2021. No entanto, apesar do fato de que os números da Covid-19 são dramáticos em nossa região, como anteriormente demonstrado, a Confederação Sul-Americana de Futebol (Conmebol) decidiu confirmar a realização do evento no país com os piores números em toda a região: o Brasil.

Inicialmente, Colômbia e Argentina seriam os anfitriões do evento de futebol, mas renunciaram a ser sede da competição. O governo colombiano queria adiar o torneio para novembro de 2021, alegando que a conjuntura política impossibilitaria a organização do campeonato, proposta não aceita pela Conmebol. É importante lembrar que durante o mês de maio, em meio às mobilizações que ocorriam no país, os jogos Junior de Barranquilla x River Plate; e Atlético Nacional de Medellín x Nacional de Montevideo foram marcados pelas inúmeras suspensões da competição devido à entrada de gás lacrimogêneo em campo, afetando os jogadores. Ao que parece: dentro de casa jogava-se futebol, do lado de fora a polícia reprimia e fazia desaparecer manifestantes, como aconteceu em 1978 na Argentina durante a ditadura civil-militar.

Essas imagens se repetiram pouco antes do início da Copa na partida Argentina-Colômbia das eliminatórias para a Copa do Mundo do Qatar em 2022; centenas de manifestantes em frente ao Estádio Metropolitano de Barranquilla se reuniram sob o lema "Se não há paz, não há futebol", rejeitando a realização da partida enquanto eram reprimi-



dos. Sobre isso, o jornalista inglês Carl Worswick, que estava fora do estádio, narrou os acontecimentos nos quais, por tirar fotos, foi reprimido pela polícia. O governo argentino, por sua vez, em função da grave situação sanitária, decidiu não sediar o evento. As equipes do Qatar e da Austrália, convidadas para a edição deste ano, desistiram de participar.

Diante da possibilidade real de um novo adiamento ou mesmo do seu cancelamento, a Conmebol pediu ao Brasil para sediar a Copa América. Conforme publicado pelo portal Carta Maior, “a Conmebol cancelou primeiro o torneio na Colômbia por colapso político e depois na Argentina por colapso sanitário, para finalmente levá-lo ao Brasil onde há colapso político e sanitário”. Jair Bolsonaro, conhecido por negar a pandemia, acompanhou com entusiasmo a proposta. Em 1º de junho de 2021, o governo brasileiro confirmou a realização do torneio em seu território com a justificativa de que o país já sediou jogos da Libertadores.

A partir dessa confirmação, uma série de eventos se seguiram. O primeiro deles foi a posição contrária de alguns jogadores à realização da Copa. Porém, apesar disso, acabaram participando da competição porque não conseguiram chegar a um acordo para boicotar o torneio: os jogadores que atuam no futebol local veem a Copa América como uma possibilidade de assinar contratos e serem vistos pelo futebol internacional. Por sua vez, a posição da direção da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) foi clara. Além de se posicionar a favor do torneio, ignorando as mais de 460 mil mortes na época, o presidente Rogério Caboclo foi formalmente acusado de assédio moral e sexual por funcionário da instituição e acabou sendo demitido.

A realização dessa Copa América nos mostra que, em nosso continente, quem mancha a bola - propositalmente e sem embaraços - é o dono do negócio. Apesar das múltiplas crises, e principalmente da dramática situação no Brasil, a Conmebol decidiu realizar o campeonato a todo custo, colocando os lucros e o capital acima da vida.



## 3. Os Andes movem as bases (neoliberais) do continente

### a) Peru: “Democracia sim, mas não quando eu perco”

A possibilidade que havíamos mencionado em nosso último relatório sobre o que finalmente aconteceria no Peru, como se fosse parte de uma espécie de justiça poética e política, se cumpriu. O professor rural Pedro Castillo foi eleito presidente com um total de 8.836.197 votos e uma diferença de cerca de 44 mil sobre Keiko Fujimori, após algumas longas semanas de registro a conta-gotas dos votos que chegavam das áreas rurais do país.

No entanto, apesar de ter vencido, no momento da redação deste relatório, quase um mês antes das eleições e algumas semanas após a posse presidencial, Castillo não havia sido proclamado presidente pelo Júri Nacional Eleitoral (JNE). É o produto de uma série de desesperados mecanismos de última hora que as instituições e a direita local procuraram para evitar a todo custo que o candidato do Peru Libre chegasse à presidência. Mais uma vez, a judicialização da política aponta contra um processo democrático quando os resultados não agradam as classes poderosas.

Desde o primeiro momento em que os números foram irreversíveis em dar a vitória a Castillo, Fujimori e os setores políticos alinhados com sua candidatura foram, progressivamente, instalando a história de uma suposta fraude sem qualquer tipo de evidência e tentando colocar dúvidas sobre a transparência do processo eleitoral. Apesar de sua evidente ilegalidade, pretendiam que o JNE prorrogasse o prazo para apresentação de pedidos de anulação e reclamações sobre os registros eleitorais. Como não conseguiram, iniciaram a já conhecida trajetória do lawfare em nosso continente, acusando as eleições de fraudulentas, defendendo a necessidade de repeti-las e propiciando iniciativas golpistas como revelou o ex-candidato Fernando Olivera com a publicação de áudios de Vladimiro Montesinos, ex-chefe do Serviço de Inteligência de Alberto Fujimori, detido na Base Naval de Callao. Nesses áudios, fica evidente que sua intervenção por meio de subornos interfere nas eleições a favor do candidato Fujimori. Tudo isso para ignorar, com sua concepção racista e colonial de democracia, a vontade do Peru rural que votou em massa em Castillo, dando-lhe a vitória.

Além dos truques antidemocráticos do fujimorismo e seus aliados, e do difícil cenário que Pedro Castillo enfrentará se for finalmente empossado como presidente - com uma oposição dessas características, somada a um Congresso onde sua força política ocupará muito menos cadeiras que o fujimorismo-, vale a pena avaliar alguns elementos que nos permitem compreender a importância dos resultados eleitorais: pela primeira vez em



um país de longa tradição neoliberal, membro da Aliança do Pacífico e historicamente alinhado aos interesses dos Estados Unidos, elegeu por vias democráticas uma proposta de profundo enraizamento popular e de esquerda, e não exatamente aquela que se pode chamar de progressista ou de centro, mas uma esquerda que levanta em suas propostas políticas a Reforma Agrária e a necessidade de uma Assembleia Constituinte.

Para Daniela Ramos, jornalista correspondente do processo eleitoral no Peru, [alguns elementos-chave que influenciaram a vitória de Castillo e Peru Libre](#) têm a ver com a crise política agravada pela pandemia, contexto que abordamos no [caderno Obsal n.2](#); com a própria figura do candidato Pedro Castillo e sua origem popular como professor rural e patrulheiro comunitário, que “sintetiza muitos elementos identitários dos setores populares e que tem sido um fio condutor em sua campanha”; com seu partido, Peru Libre e com a base eleitoral permanentemente mobilizada, que também pudemos ver nas ruas defendendo os votos por mais de dez dias seguidos de vigílias fora da Casa do professor. Uma das principais chaves - e lições - que este processo eleitoral nos deixa é o papel que a polarização desempenha nesse novo momento continental e, nesse contexto, a subestimação de algumas propostas políticas por serem "radicais demais", como evidenciado no caso peruano com o contraste das candidaturas de Verónica Mendoza e Pedro Castillo.

Sem dúvida, no Peru nasceu uma proposta popular e de esquerda que moveu os alicerces da conjuntura continental. Com uma agenda priorizada naqueles setores que parecem velhos e invisibilizados pela política das redes sociais e dos meios de comunicação de massa, como o campesinato e a classe trabalhadora comum, e não tão focada em questões que parecem inexoráveis no politicamente correto do discurso progressista. Não é menos que o símbolo de campanha de Peru Libre foi um lápis, nem mais nem menos, que - como se fosse um conto quixotesco - enfrentou uma enorme campanha de estigmatização através das redes sociais e [milhares de outras telas](#), contra a qual finalmente saiu vitorioso.

O cenário ainda é incerto. Fujimori e a direita local estão considerando todos os cenários possíveis, talvez não com o objetivo de roubar a presidência que conquistou Castillo, mas sim de [fabricar uma crise política para ganhar tempo, negociar seu futuro, pressionar as instituições nacionais e promover sua absolvição](#). Relembremos aqui dois elementos importantes: um, como mencionamos nos relatórios do Obsal de 2019 e 2020, Keiko Fujimori enfrenta um processo judicial no qual é acusada de receber dinheiro ilícito da Odebrecht, um caso de corrupção, cujo combate tanto enfatizou durante a campanha. Dois: o cenário caracteristicamente instável do Peru e seu frágil arcabouço institucional, que durante anos afastou presidentes um após o outro, por estarem todos eles também envolvidos em casos de corrupção.

Por enquanto, o povo peruano festeja e com ele toda a região. Os homens e mulheres do Peru profundo e rural, usando chapéus pretos, pele escura e com suas mãos trabalhadoras elegeram um presidente de coração popular. Para o nosso continente, é sem dúvida



uma notícia animadora, que coloca novamente, dois séculos depois, a esperança de uma mudança continental nas estrelas altas dos Andes de Túpac Amaru.

## **b) Mobilização permanente, violência estatal e crise política na Colômbia**

Na Colômbia a greve nacional continua, chegando a mais de dois meses de mobilização permanente. Até o momento, e com a dificuldade de estabelecer números levando em consideração o nível e tipo de repressão que a força pública tem empregado no país, as ONGs [Tembloros](#) e Indepaz constataram que desde o início da greve mais de 4.285 casos de violência policial foram registrados: 1.428 vítimas de violência física, 70 vítimas de agressões oculares, 215 vítimas de armas de fogo, 28 vítimas de violência sexual, 1.832 prisões arbitrárias e [75 vítimas de violência homicida](#), entre outros atos violentos cometidos pela força pública e por civis com a conivência dos uniformizados. A esses números se somam as mais de 93 pessoas declaradas desaparecidas, algumas das quais os cadáveres foram encontrados desmembrados, dando conta das ações paramilitares e do modus operandi da força pública no âmbito das manifestações.

Além das denúncias feitas por essas entidades colombianas, houve denúncias da [Humans Rights Watch](#), da [Missão Internacional de Solidariedade e Direitos Humanos](#) e da [Comissão Interamericana de Direitos Humanos](#), que denunciaram e condenaram as graves violações cometidas pela força pública.

As mobilizações e convocatórias continuam, apesar da tentativa da mídia de mostrar o "fim da greve" a partir das declarações de um setor do Comitê Nacional de Desemprego, formado pelas centrais sindicais, que convocou o fim das manifestações. No entanto, os setores do CNP formados por organizações e movimentos sociais propuseram a continuidade das mobilizações e apresentaram um roteiro para tal, levando em consideração a necessidade de fortalecer o cenário político da oposição em face das eleições presidenciais de 2022, mas acima de tudo exigindo que o presidente acabe com a repressão e ordene um cessar-fogo contra os manifestantes, exigências para as quais o governo fez ouvidos moucos.

Neste quadro, e para surpresa de ninguém, [o nível de reprovação do governo de Iván Duque](#) aumentou para 74%, segundo a recente pesquisa publicada pela Datexco, um número que mostra a profunda crise política que não só o atual governo atravessa, mas também o projeto político do uribismo. O país, cansado do modelo neoliberal de guerra, está construindo alternativas para disputar eleitoralmente a presidência em 2022. Apesar disso, Duque continua com a proposta de uma nova Reforma Tributária muito semelhante à que desencadeou as grandes mobilizações do dia 28 de abril até o dia de hoje.

Aos lúgubres números de violência apresentados durante a greve nacional, somam-se - só em 2021 - [79 dirigentes sociais assassinados por sua atividade política em todo o país, 27 signatários da paz e 43 massacres](#) perpetrados por grupos paramilitares em di-





ferentes partes do território nacional, sem qualquer tipo de repúdio ou ação preventiva por parte do Estado.

### **c) Cenários de disputa no marco da luta contra o bloqueio e a defesa da Revolução Bolivariana na Venezuela**

Para a imprensa hegemônica e lobbies internacionais, parece que se na Venezuela não há declarações do presidente fictício do país, Juan Guaidó, o tema sai de pauta e só serve como um coringa para aterrorizar o continente com o espectro do comunismo. Por outro lado, à sombra do mainstream, a realidade exhibe processos de resistência e organização diante das medidas unilaterais de que é vítima o povo venezuelano, que nos últimos tempos enfrenta novos desafios com o recém-chegado governo de Biden e [as próximas eleições regionais e locais em novembro próximo](#).

A esse respeito, para este relatório n.13, falamos com Hernán Vargas, membro do Movimento Pobladoras y Pobladores de Venezuela e ALBA Movimientos, sobre os principais elementos da situação venezuelana no quadro geopolítico internacional e as projeções e desafios para o campo popular dentro da Revolução Bolivariana.

A posse do governo de Joe Biden nos EUA impacta a Revolução Bolivariana na medida em que se abre o jogo de possibilidades na continuidade do bloqueio imposto pelo país norte-americano - que agora abre um novo capítulo com o esforço de evitar que a Venezuela possa receber vacinas da Covid do [fundo Covax](#) - no marco de uma aparente mudança de tática vinculada à política em relação ao país caribenho.

“Com o evidente esgotamento do roteiro desenvolvido por Trump desde 2019 para tirar a política do debate por meio da combinação de estratégias de guerra híbridas sem resultados favoráveis, agora se propõe um possível cenário de reconhecimento das instituições do Estado. Por um lado, vislumbra-se o reconhecimento do governo de Nicolás Maduro como possível interlocutor, bem como um deslocamento da demanda por supostas "eleições livres" (isto é, controladas pelos EUA) para um aparente reconhecimento do processo eleitoral de novembro.

Nesse contexto, o [processo de diálogo](#) entre o governo nacional, o governo dos Estados Unidos e os diversos setores da oposição tem se desenvolvido sem que Juan Guaidó seja a figura principal, por um motivo muito simples: ele não existe. Na Venezuela, não é a figura que agrupa ou representa todos os setores da oposição, nem os empresários, nem tem uma base social ou eleitoral clara. Apesar de ter tido o apoio total dos EUA desde 2019, algumas aparições públicas recentes demonstram que sua capacidade de convocação é de Pirro. É uma figura produzida para o estrangeiro, sem força real na Venezuela”.

Em decorrência do cenário de guerra híbrida, argumenta Vargas, se agravam as contradições de um Estado que, embora tenha passado por um processo de transformação



por mais de 20 anos, ainda guarda entraves aos principais defeitos do Estado colonial. Nesse contexto, nos últimos meses, o Presidente Nicolás Maduro anunciou o desenvolvimento de uma série de medidas institucionais de combate à corrupção, promovendo uma reforma do sistema judicial para golpear as máfias da administração de justiça, que continuam a operar em função dos interesses do capital e que têm procurado evitar o aprofundamento dos processos de socialização da terra e dos meios de produção propostos pelo projeto bolivariano.

Frente a esse cenário local e geopolítico, se abre uma série de desafios para o campo popular venezuelano:

“No marco de sua busca pela reconstrução da hegemonia, os Estados Unidos vão continuar com o bloqueio porque precisam assumir o controle total do que significa a Venezuela em termos geopolíticos e energéticos. Mas parece estar considerando passar do bloqueio como ponta de lança para a eliminação do chavismo no poder político para o bloqueio como mecanismo de forçar a reversão das transformações promovidas, ou seja, passar do cenário da intervenção forçada para o cenário de disputa política, claro, com desgaste.

Assim, o Chavismo enfrenta o enorme desafio de construir um modo de administração nacional sem depender das receitas do petróleo, já que este foi demolido por medidas unilaterais dos EUA. Essa nova modalidade está em plena disputa, entre um projeto de lei para zonas econômicas especiais e um projeto de lei para cidades comunais; entre abertura econômica, aprofundamento do modelo comunal ou uma mistura de ambos.

Enquanto isso, diante das eleições de novembro, o chavismo busca colocar a política de volta ao centro, por um lado tenta obter o reconhecimento internacional do pleito por meio do diálogo e, ao mesmo tempo, apela à nomeação de candidatos de base, possibilitando em muitos processos comunais o espírito de disputa não só pelas instituições do Estado, mas também pelo horizonte da revolução ”.

#### **d) Equador na passagem de Moreno a Lasso, de mal a pior**

A boa notícia do Equador é que finalmente, depois de quatro anos, o governo de Lenin Moreno acabou, e ele entrará para a história como um presidente eleito por um programa e um acordo político que, mal assumiu, se dedicou a trair de forma definitiva. Moreno termina seu mandato com mais de 90% de reprovação, criticado pelos altos níveis de desemprego e pobreza que deixa, bem como por sua má gestão da pandemia de coronavírus, e como se não bastasse, com um escândalo golpista que o obriga a sair pela porta dos fundos.

Em 10 de junho, o ministro do Governo da Bolívia, Eduardo del Castillo, denunciou à imprensa que Moreno forneceu munições de guerra e elementos de repressão - como gás lacrimogêneo, balas e outros - para permitir ao governo de facto de Añez realizasse o golpe de Estado contra Evo Morales em novembro de 2019. A Agência Boliviana de



Informação (ABI) publicou um documento oficial do Ministério de Governo do Equador, que comprova a contribuição de Moreno a Añez de 5500 granadas e 2949 projéteis nas datas do golpe. Após esta denúncia, o parlamentar equatoriano [Fausto Jarrín Terán denunciou Moreno perante a Procuradoria Geral do Estado](#) por esses fatos, que foram confirmados pelo comandante-chefe da Polícia Nacional do Equador.

A má notícia para o Equador é que a mudança parece ser para pior. Antes de assumir o cargo, Lasso já havia se encontrado com Iván Duque, que garantiu a entrada do Equador na Aliança do Pacífico, e também anunciou seu [interesse em aprofundar a agenda neoliberal](#): em evento organizado pela Fundação Internacional para a Liberdade (FIL), liderada por Mario Vargas Llosa, manifestou seu interesse em dobrar a produção de petróleo, colocar refinarias de gasolina em concessão, promover a mineração e oferecer vários setores estatais à iniciativa privada. Assim, Guillermo Lasso finalmente assumiu o cargo em 24 de maio como o novo presidente do Equador.

Uma das primeiras medidas do novo presidente foi a apresentação de um projeto para substituir a Lei de Comunicação aprovada durante o governo de Rafael Correa em 2013. Essa lei foi fruto de uma consulta popular e buscou conter o alto índice de concentração que existia na mídia privada, tornando-se um exemplo em nível continental de políticas públicas na matéria. Para Lasso, a lei é uma "mordaca" porque estabeleceu uma nova distribuição de frequências de rádio e televisão entre os setores privado, público e comunitário.

Finalmente, ao contrário do seu discurso de "liberdade de expressão", a perseguição política no país parece continuar apesar do novo mandato. No dia 20 de junho, a Co-naie anunciou que o ex-presidente da Confederação, Antonio Vargas, estava detido na Amazônia, antes de seu VII Congresso, em razão de um processo judicial já encerrado e pelo qual Vargas cumpria pena com trabalhos comunitários; por sua vez, a Confederação realizou seu congresso, no qual Leônidas Iza foi eleito o novo presidente, em representação do Movimento Indígena e Camponês Cotopaxi (MICC). Vale lembrar que Iza teve uma posição forte contra a posição de Yaku Pérez no marco do segundo turno presidencial.

### **e) Bolívia e o caminho para conhecer a verdade por trás do golpe: intervenção estadunidense, financiamento da direita regional e processamento dos golpistas**

Depois de um ano e meio do golpe na Bolívia, aqueles que argumentaram na época que o que estava acontecendo não era um golpe devem estar a cada dia envergonhados de suas afirmações. Com o passar do tempo, vão se divulgando informações que demonstram com mais detalhes os diversos interesses econômicos e geopolíticos que estavam por trás do governo de facto de Jeanine Añez, e se comprovam a premeditação das diferentes ações políticas, policiais e militares nesse marco.



O [The Intercept](#) publicou recentemente duas investigações que evidenciam a clara [intervenção dos EUA na Bolívia](#) durante a derrubada de Evo Morales em 2019 e uma tentativa de golpe fracassada em 2020. A partir de ligações e e-mails trocados entre o ministro da defesa do governo de facto de Añez, Luis Fernando López e Joe Pereira, ex-administrador civil das Forças Armadas dos Estados Unidos com base na Bolívia, entre outros, o [The Intercept](#) conseguiu estabelecer que o governo Donald Trump ameaçou pesquisadores do Massachusetts Institute of Technology, que questionaram o relatório de fraude da OEA na Bolívia, e também que um alto funcionário boliviano havia planejado usar tropas estrangeiras para impedir o retorno do MAS ao poder em 2020.

Segundo informação reproduzida por ARG Medios, “o [roteiro do segundo plano](#) era levar mercenários estrangeiros a Bolívia a partir de uma base militar estadunidense fora de Miami. O objetivo era uni-los com as unidades de elite do Exército boliviano, esquadrões rebeldes da Polícia e coletivos paramilitares”.

Um dos principais objetivos do governo do MAS na Bolívia a partir da recuperação da democracia em 2020 tem sido realizar a devida investigação e processamento de todos aqueles que estiveram envolvidos no golpe de Estado e participaram das numerosas violações de direitos humanos que se produziram nesse marco. Dessa maneira, a Procuradoria Geral do Estado apresentou diante das Naciones Unidas um relatório que coloca que há “pontualizações que permitem assegurar que o golpe de Estado na Bolívia foi organizado, planejado e executado pelos comitês cívicos, com liderança de Luis Fernando Camacho, por policiais militares e a Igreja católica”. Sobre essa última, se conheceu que a mesma Conferência Episcopal Boliviana (CEB) enviou um relatório ao Papa Francisco, no que os bispos justificam o golpe citando como fonte o relatório da OEA, comentam uma reunião privada que tiveram com Añez dias antes de se proclamar presidenta de facto e até defendem que os massacres de Senkata e Sacaba foram uma espécie de danos colaterais da “pacificação”.

Por outro lado, o [Ministério da Justiça e Transparência Institucional da Bolívia apresentou uma lista com os ex-ministros do Governo de facto](#) que serão convocados a depor perante o Ministério Público pelos três decretos assinados para a compra de gás lacrimogêneo com preço superfaturado e para os massacres cometidos nos protestos durante 2019 e 2020.



## 4. O Cone Sul, entre a expectativa pelo Chile e o espanto permanente pelo Brasil

No Cone Sul, os eventos mais importantes do período voltam a ocorrer no Brasil e no Chile. Não isento de eventos políticos, embora com menor intensidade, fatos interessantes também são registrados na Argentina, Paraguai e Uruguai.

### a) Brasil em seu labirinto

#### *O fortalecimento de Lula e as manifestações*

A imagem de Lula recobrou muita força nos últimos dois meses. Além de a Justiça declarar a suspeição de Moro para julgar os casos do ex-presidente, Lula foi declarado inocente no dia 21 de junho em outro caso: a chamada Operação Zelotes. O Ministério Público denunciou que empresas do setor automobilístico ofereceram 6 milhões de reais a Lula para a edição de uma medida provisória que estenderia a isenção de impostos para o setor. As acusações se revelaram totalmente infundadas e Lula foi declarado livre em outro processo.

No cenário eleitoral, o candidato segue melhorando seu desempenho. Em pesquisa Datafolha, divulgada no dia 12 de maio, em um segundo turno, Lula aparece com 55% dos votos contra 31% de Bolsonaro. Nesse mesmo cenário, a pesquisa XP Investimentos, divulgada no dia 11 de junho, apontou Lula com 45% de intenção de voto contra 36% do Bolsonaro, um aumento significativo, já que no levantamento de maio, Lula aparecia com 42% e Bolsonaro com 40%. A pesquisa do Ipec, divulgada em 24 de junho, indicava que Lula seria eleito no primeiro turno com 49% das intenções de voto contra 23% de Bolsonaro. A mesma pesquisa mostrou que a taxa de rejeição de Bolsonaro aumentou de 39% para 49%.

Os resultados das pesquisas coincidem com o que aconteceu nas ruas nos últimos dois meses. Por um lado, a manifestação com maior apoio a Bolsonaro, uma motociata no dia 12 de junho em São Paulo, não teve o apoio propagandeado pela mídia bolsonarista. Por outro lado, as ações contra o governo tiveram adesão significativa. No dia 29 de maio houve protestos de #ForaBolsonaro, que levou cerca de 420 mil pessoas às ruas em mais de 200 cidades do país e em outras 14 cidades ao redor do mundo. A agenda foi ganhando força com o passar dos dias, e no dia 19 de junho a manifestação foi maior. Estima-se que tenha ocorrido em 427 cidades brasileiras e em outras 17 cidades ao redor do mundo, levando às ruas cerca de 750 mil pessoas. A manifestação do dia 3 de



julho não se limitou às frentes de esquerda, e contou também com o apoio de setores de centro-direita, como o PSDB.

### *A permanente instabilidade política no Brasil: a CPI e os militares*

O enfraquecimento de Bolsonaro que as pesquisas mostram está em parte relacionado ao desenvolvimento da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19. O governo está sofrendo seu maior desgaste até agora, destruindo de uma vez por todas a imagem de que seria um governo da moralidade, que lutaria contra a corrupção. No [Relatório n.12](#) indicamos que a CPI poderia funcionar como uma janela para promover as lutas nas ruas dos grupos progressistas por #ForaBolsonaro. Podemos dizer que isso aconteceu, pois as manifestações de 29 de maio, 19 de junho e 3 de julho foram numerosas.

Até agora, a CPI apontou coisas muito sérias. Entre o que foi dito destacamos: o governo Bolsonaro tinha um conselho paralelo de combate à pandemia, que não necessariamente seguia a OMS e a ciência em geral; [o governo de Bolsonaro usou o estado do Amazonas como um experimento de imunidade coletiva da Covid-19](#); ele também defendeu e empregou a cloroquina como uma droga para o tratamento precoce e no tratamento da própria doença. Essas ações explicariam, em parte, o colapso do sistema público de saúde do estado (que ocorreu duas vezes), a falta de oxigênio e as milhares de mortes. A classificação de genocida para Bolsonaro ganhou mais força após esses episódios; o governo Bolsonaro tentou mudar a bula da cloroquina, com a intenção de incluí-la no tratamento da Covid-19, sem evidências científicas; ignorou cartas e e-mails da Pfizer para compra de vacinas, o que poderia ter antecipado e acelerado o processo de vacinação no país; rejeitou ofertas da vacina Coronavac; soube com antecedência da falta de oxigênio no estado do Amazonas, mas não tomou nenhuma medida. Além disso, ele supostamente fez lobby com um servidor para acelerar os processos de compra da vacina indiana Covaxin. Foi a única vacina que Bolsonaro teria pedido para acelerar a compra. Outros indícios que tornam o caso [mais suspeito](#) são que a Anvisa não autorizou a importação da vacina no período da compra e o custo unitário do imunizante é o mais caro entre todos adquiridos pelo governo.

No dia 28 de junho, alguns senadores solicitaram ao Supremo Tribunal Federal (STF) a abertura de inquérito contra o Bolsonaro por [suposto crime de prevaricação](#). Aí vem outra "função" da CPI, que também apontamos no último relatório como uma possibilidade de se tornar efetiva: uma justificativa legal socialmente aceita para seu impeachment. Isso também se materializou, resta saber como vão se desenrolar os próximos episódios, se o terreno fértil para o impeachment se fortalece e se a Câmara dos Deputados abre pelo menos um dos mais de 120 pedidos. Como dissemos no relatório n.12, as intenções das classes dominantes, nesse caso, estão escondidas. Embora a possibilidade real da queda de Bolsonaro tenha sido antecipada, ainda é muito cedo para dizer que isso realmente acontecerá.

Outra possibilidade, apontada por Mauro Iasi em seu [Café Bolchevique](#), é pensar na CPI como uma ferramenta para desgastar Bolsonaro até 2022. A ideia é que o Bol-



sonaro chegue enfraquecido a ponto de sequer chegar ao segundo turno. Até lá, uma candidatura de direita ou de centro-direita poderia se viabilizar, a serviço dos interesses das classes dominantes, mas com uma aparência de ordem e controle, algo que Bolsonaro não tem, e justamente por isso nunca foi o candidato preferido do grande capital. Por outro lado, isso não nega a possibilidade de Bolsonaro resistir a essa crise política e chegar com força a 2022. Se a pandemia esfriar e a economia mostrar sinais de melhora, isso também é plausível.

Na esfera militar, o destaque foi a não punição do general Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde, por ter participado, no dia 23 de maio, de ato político a favor de Bolsonaro. O ato constitui infração disciplinar, uma vez que, de acordo com o Estatuto das Forças Armadas, é vedado ao militar da ativa participar de atos políticos públicos. Em 24 de maio, o vice-presidente Hamilton Mourão disse que uma punição para Pazuello era provável. Entretanto, isso não aconteceu. Celso Amorim, ex-ministro da Defesa durante o primeiro governo de Dilma Rousseff, [caracterizou a situação](#) como gravíssima: “O Exército é uma instituição do Estado, não governamental. Então o povo de lá tem que obedecer à Constituição, à lei e aos regulamentos. O que aconteceu, obviamente, foi falta de respeito aos regulamentos”. A esse fato se soma muitos outros de Bolsonaro desrespeitando as instituições. A possibilidade de uma atitude maior de ruptura de sua parte ainda não pode ser descartada. Ele segue defendendo o voto impresso, alegando fraude nas urnas eletrônicas e, nesse episódio, mostrou algum poder na sua relação com os militares. O palco ainda está aberto e as possibilidades estão dadas.

### *O projeto de destruição social de Bolsonaro continua*

Um elemento chave para a compreensão do governo Bolsonaro é seu objetivo destrutivo. É importante lembrar um [discurso do atual presidente](#) no início de seu mandato, no dia 17 de março de 2019, durante um jantar com lideranças conservadoras nos EUA, no qual afirmou: “O Brasil não é um campo aberto onde pretendemos construir muitas coisas (...). A gente tem que desconstruir muita coisa”.

Ações que visam a destruição do Estado e a extinção de qualquer regulamentação que seja um obstáculo aos anseios do capital são constantes. Nos últimos dois meses, a área ambiental voltou a figurar na agenda do projeto destrutivo. Ricardo Salles, então ministro do Meio Ambiente, renunciou ao cargo em 23 de junho. Objeto de investigações relacionadas ao comércio ilegal de madeira, sua gestão foi marcada por registros de desmatamentos e queimadas. Apesar da renúncia de Salles, muito se avançou na destruição do meio ambiente nos últimos dois meses. Em 13 de maio, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 3.729, que dispõe sobre alterações na Lei de Licenciamento Ambiental. O projeto flexibiliza os requisitos de licenciamento ambiental para várias atividades. As obras de manutenção rodoviária e portuária, saneamento básico e distribuição de energia elétrica de baixa tensão não precisariam mais de licença. Certas atividades agrícolas e pecuárias e atividades de mineração em pequenas barragens para



fins de irrigação estariam isentas de licenças. Para entrar em vigor, o projeto deve ser aprovado pelo Senado.

No mesmo dia da renúncia de Salles, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara aprovou o projeto de lei 490/2007, que será encaminhado às câmaras legislativas para votação e, se aprovado, para sanção presidencial. O projeto é um claro ataque aos povos nativos e às florestas. Inviabiliza a demarcação das terras indígenas, pois estabelece um marco provisório, que prevê que a demarcação das terras só será feita para aquelas ocupadas até 5 de outubro de 1988 (data da promulgação da atual Constituição). As áreas ocupadas após essa data não podem ser delimitadas.

As marcas da destruição do Estado, no bimestre maio/junho, foram as contingências e a redução de verbas para universidades federais e a aprovação da privatização da Eletrobrás. Pela lei orçamentária de 2021, foi imposta uma redução de 16,8% nos recursos das universidades federais, que afetam principalmente o ensino, a pesquisa de interesse social, inclusive na área de saúde, as bolsas para alunos de baixa renda e o funcionamento básico das universidades (energia elétrica, água e limpeza). Além disso, houve bloqueio de 13,8% dos recursos para todas as universidades. Em maio, o reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) anunciou que a instituição fecharia as portas por conta do corte. Após esse anúncio, o governo liberou 142 milhões de reais, que sustentam a Universidade apenas até setembro. Em 21 de junho, a Câmara dos Deputados aprovou a privatização da Eletrobrás, empresa estatal responsável pela geração de 30% da energia do país. A pauta está adiantada, pois já foi aprovada no Senado e resta apenas a sanção presidencial. O projeto de destruição do Estado tende a avançar nos próximos meses. Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados, anunciou no dia 24 de junho que sua ideia é votar pela privatização dos Correios e pela Reforma Administrativa, que entre as coisas planejadas até agora, acaba com a estabilidade dos trabalhadores.

O ritmo do projeto bolsonarista de destruição está se acelerando. Apesar das boas notícias para o contexto das eleições de 2022, ainda há um longo caminho a percorrer. Se focarmos nossa atenção apenas nisso, o projeto Bolsonaro vai passar e não vai sobrar nada no fim de seu governo. Daí a importância das manifestações nas ruas, porque o jogo das classes dominantes é agora. Obviamente, também fazem os seus cálculos a médio e longo prazo, mas têm plena consciência das oportunidades institucionais que a situação lhes oferece. Para avançar em suas agendas, o cenário de crises políticas repentinas e/ou meio milhão de mortes pela pandemia não são necessariamente obstáculos, mas podem funcionar como uma cortina de fumaça para que seus projetos passem despercebidos.

## **b) Chile: dos três terços aos quatro quartos**

A situação política no Chile é atravessada pela continuidade do calendário eleitoral, por sua vez intimamente ligado à crise política que sacode o país desde outubro de 2019. Assim, no final de semana de 15 e 16 de maio foram realizadas as eleições para as eleições convencionais constituintes, para governos e prefeitos. No caso dos governadores, a maioria deve ter um segundo turno em 13 de junho. De modo geral, a primeira





conclusão que salta aos olhos é que as eleições confirmaram a queda da popularidade da direita. Isso ocorre no quadro de um fortalecimento da esquerda partidária, do surgimento de um amplo e heterogêneo setor independente e de uma crise, porém com algumas oportunidades, para o centro político, em um contexto de grande incerteza e de cenário aberto diante das eleições presidenciais e legislativas de novembro. Assim, o esquema “três terços”, presente no sistema político chileno há alguns anos - desde o surgimento da Frente Ampla e o colapso do sistema bipartidário - passou a ser um de “quatro quartos”.

Nas eleições constituintes, a aliança entre a coalizão governista Chile Vamos e o Partido Republicano, de Kast, não atingiu seu objetivo de controlar um terço da assembleia e mal alcançou 37 cadeiras, 21% do total de 155 membros da Convenção. As demais vagas são distribuídas pelas forças de esquerda em direção ao centro, de modo que se pode presumir que a nova Constituição que emerge do processo de debate incluirá modificações substanciais em leis fundamentais. No entanto, esse universo é atravessado por diferenças e nuances.

De um total de 118 cadeiras, 28 correspondem à Lista Apruebo Dignidad, que expressa a aliança de partidos de esquerda (tendo a Frente Ampla e o Partido Comunista como principais agrupamentos). Outros 25 lugares da lista de Apruebo, que expressa o espaço da antiga Concertación, tendo o Partido Socialista e a Democracia Cristã como principais formações. Por fim, e essa é a novidade mais importante, são 65 vagas que não serão ocupadas por integrantes do atual sistema político: além das 17 vagas reservadas aos indígenas, outras 48 serão ocupadas por grupos que até agora se apresentavam como “independentes”. Destes, 26 pertencem à Lista Popular, que em princípio parece mais à esquerda, e outros 11 a Independientes por una Nueva Constitución, mais ao centro. As 11 vagas restantes foram distribuídas entre outros candidatos independentes, geralmente em uma base regional.

No total, a nova Constituição será escrita por 83 mulheres e 72 homens. A expectativa é que o debate inclua os principais problemas da sociedade chilena, incluindo algumas questões deixadas de lado pelo modelo neoliberal surgido do pinochetismo, como os problemas ambientais. A esse respeito, no início de junho 33 constituintes de diferentes origens políticas assinaram uma [declaração comum](#) que inclui, entre outros pontos, a “desprivatização de todos os elementos naturais vitais (água, geleiras, sementes, ar, florestas, mar, subsolo, entre outros), em particular a água”, “a defesa da soberania alimentar”, a promoção do “princípio da justiça intergeracional e climática” e a transição para “um novo modelo econômico pós-neoliberal e pós-extrativista, em harmonia com a natureza e o serviço das comunidades, com medidas concretas de resgate e promoção das economias locais, solidárias, feministas, territoriais e ancestrais”.

Por outro lado, exceto no caso de três regiões - Aysén, Magallanes e Valparaíso -, os governos das províncias tiveram que ser definidos em um segundo turno eleitoral em 13 de junho. No total, de 16 governadores, a aliança de direita [Chile Vamos obteve apenas um](#) - o da Araucanía - e com um candidato indicado como independente. Ao contrário dos constituintes, nestas eleições o espaço vitorioso foi aquele identificado com a cen-



tro-esquerda, com 10 governadores. A Frente Ampla chegou a duas províncias, inclusive Valparaíso, com o triunfo de Rodrigo Mundaca, conhecido ativista ambientalista e integrante do Movimento pela Defesa do Acesso à Água, Terra e Proteção Ambiental (Modatima). Mundaca venceu de forma independente as primárias organizadas como Frente Ampla. O Partido Ecologista Verde, até poucos meses atrás membro da FA, surpreendeu ao conquistar o governo da região de Coquimbo com o candidato independente Krist Naranjo. Por fim, é importante destacar que a Frente Ampla esteve muito perto de conquistar o governo da Região Metropolitana, que representa cerca de 40% da população do país: Karina Oliva surpreendeu no primeiro turno ao ficar em segundo lugar; no segundo turno fez uma boa eleição (47,3%), mas não foi o suficiente para derrotar o democrata-cristão Claudio Orrego (52,7%), que concentrou os votos de centro à direita. Em outro fato significativo, em maio a população de Santiago do Chile elegeu Irací Hassler, do Partido Comunista, como prefeito.

A caminho das eleições presidenciais e legislativas em novembro, o cenário está extremamente aberto, embora tenha uma primeira parada nas primárias em 18 de julho. Apenas o direitista Chile Vamos se inscreveu nesta instância - com Joaquín Lavín (UDI), Mario Desbordes (RN), Ignacio Briones (Evópoli) e Sebastián Sichel (Independente) - e a lista Apruebo Dignidad, que tem Daniel Jadue como candidatos (PC) e Gabriel Boric (Frente Amplio).

Em meio a um intenso debate na Unidad Constituyente (antiga Concertación), este setor ainda não definiu a forma como resolverá sua candidatura. Até agora, se apresentam Carlos Maldonado, do Partido Radical; e Paula Narváez, do Partido Socialista, também apoiada pelo Partido para a Democracia e pelo Partido Liberal. A outra força importante nesse espaço, o Partido Democrata Cristão, está em crise e em debate: depois de tentar a candidatura de Ximena Rincón, declinou após os maus resultados de maio. Apesar dessa situação, que se expressa por ainda não ter candidatura confirmada, ela poderia ter uma carta importante na manga: a presidente do Senado, Yasna Provoste, soa como uma possível candidata e se chegar ao segundo turno pode ser uma adversária de peso para qualquer outra candidatura, seja porque reúne um eleitorado de direita contra a certa possibilidade de triunfo da esquerda (como aconteceu em junho com o governo da Região Metropolitana), seja, pelo contrário, que reúna votos à sua esquerda se tiver que enfrentar um candidato da direita, um cenário que parece improvável hoje de qualquer maneira.

Por outro lado, devemos considerar também a eventual candidatura da jornalista Pamela Jiles, ligada ao Partido Humanista. E é também muito provável que alguns setores independentes que obtiveram muito bons resultados nas eleições de Maio - como a Lista del Pueblo - apresentem candidaturas próprias, com âmbito eleitoral incerto mas com algum impacto, como já foi demonstrado. Portanto, esse enredo tem um processo muito complexo em cada segmento do sistema político e um objetivo comum para todo esse arco de candidaturas: chegar ao primeiro ou segundo lugar no domingo, 21 de novembro, para chegar ao segundo turno no dia 19 de dezembro.



Está se abrindo - ou melhor, continua desde outubro de 2019 - um amplo debate sobre o modelo de país, que inclui também a participação eleitoral. Com toda a sua importância, as eleições de maio não alcançaram a participação de metade do padrão eleitoral (apenas 41,51%), e o segundo turno das eleições regionais de 13 de junho nem sequer alcançou 20%. Os próximos meses, de plena campanha, também serão marcados pelas dinâmicas e debates da (potencialmente) histórica Assembleia Constituinte, que começou a funcionar em 4 de julho. Como símbolo dos novos tempos, [a Assembleia elegeu uma mulher mapuche, Elisa Loncón, como sua presidente.](#)

### **c) Argentina, em direção às eleições legislativas**

Na Argentina, a conjuntura política é cada vez mais atravessada pela corrida às eleições legislativas, que foram adiadas para novembro, mas que tiveram sua primeira parada nas Primárias Abertas Simultâneas e Obrigatórias (Paso), em setembro. Diante desse cronograma, as forças políticas debatem as listas, que serão apresentadas no dia 24 de julho. No caso da Frente de Todos, por ora não parece haver grandes conflitos entre seus múltiplos agrupamentos. Quanto à principal oposição de direita, Juntos por el Cambio, diferentes setores internos disputam as listas e o tom do discurso, que vai de uma posição mais dialogista ou moderada a uma mais extrema.

Nesse contexto, desde o início da pandemia, diariamente se reproduzem polêmicas que permeiam as redes sociais e a mídia e dizem respeito a vacinas e abordagens geopolíticas, com a oposição fazendo campanha abertamente a favor da empresa Pfizer, que busca mudar um lei para evitar a responsabilidade por eventual negligência. Em relação à pandemia, a novidade do período é que em meio a fortes pressões, o governo decidiu apertar as restrições nos últimos dias de maio, razão pela qual conseguiu diminuir os casos, ainda que na data de fechamento do relatório eles ainda continuem muito elevados. Por outro lado, a boa notícia é o avanço da taxa de vacinação, que no final de junho atingiu cerca de 35% da população com pelo menos uma dose. Estima-se que isso seja reforçado pelo início da produção da Sputnik V no país, já em andamento; ao que se soma a possibilidade de acordos entre Cuba e Argentina para a produção da vacina no país sul-americano.

No plano econômico, a situação das maiorias populares continua na terapia intensiva: [há perda salarial devido à inflação desde 2018](#) e o empobrecimento geral e a pandemia atingiram gravemente a renda da economia popular. Por isso, um dos principais problemas é controlar os aumentos de preços. O governo havia previsto uma inflação de 29% para este ano, mas depois de seis meses, esse número parece improvável: [um estudo estima que o índice de janeiro a dezembro de 2021 será de 47%](#). Nesse contexto, os sindicatos estão negociando [aumentos nominais de mais de 45%](#) e, em geral, com cláusulas de revisão para evitar novos aumentos de preços.

Uma das políticas nesse sentido no período foi a proibição da exportação de carnes, que vigorou de maio até o final de junho, quando o governo anunciou que a medida seria flexibilizada, deixando apenas a restrição para os cortes mais populares. Por sua vez,



as medidas de preços promocionais foram reforçadas para alguns produtos, incluindo alguns cortes de carne.

As medidas de intervenção no mercado encontraram rejeição de médios e grandes empresários do setor. Outros produtores agrícolas, por outro lado, propõem mecanismos regulatórios para priorizar o abastecimento do mercado interno. Por exemplo, Elsa Yanaje, do MTE Rural, afirma que “é fundamental que o Estado influencie a produção”. Segundo a dirigente dessa entidade, que reúne produtores familiares, são necessárias políticas públicas de acesso à terra, com o objetivo de produzir “alimentos saudáveis e de qualidade que garantam uma vida digna”. O debate é amplo e não se limita ao campo. No que diz respeito ao chamado “Pampa Azul” - a imensa e subutilizada costa marítima argentina, que ganha cada vez mais importância estratégica, embora seja sub-representada nos principais debates - existem dilemas semelhantes, como propõe o caderno especial Argentina de costas para o mar? Extrativismo pesqueiro, imperialismo e soberania organizado pelo Coletivo Socioambiental do Instituto Tricontinental.

A apropriação e destruição transnacional dos bens pesqueiros comuns é também a outra face das dificuldades alimentares de grande parte da população do nosso país (e mesmo das precárias condições de trabalhadores do setor). Nesse ponto, as questões socioambientais deixam de ser divididas e contrapostas - como promovidas pelas racionalidades capitalistas e imperiais - para se articular na proposição de alternativas a esse extrativismo pesqueiro, e assim dar uma dimensão de programáticas imprescindíveis à soberania alimentar.

A situação, por sua vez, está atravessada pelo peso da dívida externa, que o governo Macri deixou no final de 2019, de 90% do PIB. A esse respeito, uma informação importante é que no final de maio o governo anunciou um acordo com o Clube de Paris sobre as condições de pagamento da dívida. Enquanto isso, continuam as negociações com o FMI pela dívida de 46 bilhões de dólares, número recorde do organismo.

Por outro lado, um dos debates importantes que ele propõe resolver é sobre a necessidade de reforma do sistema de saúde, hoje baseado na competição fragmentária entre o setor público, o privado e o sistema sindical de assistência social (as chamadas “obras sociais”). No dia 14 de junho, Cristina Fernández de Kirchner participou de ato com o governador da província de Buenos Aires, Axel Kicillof, e entre outros temas, destacou a necessidade de um Sistema de Saúde Integral, proposta que tem desenvolvimento programático em setores próximos a ex-presidente (e atual vice-presidente). Segundo documento que se deu a conhecer a partir desse debate, seria “um sistema misto com centralidade no subsector público, de caráter federal, mas reforçado e articulado em rede nacional, com os municípios cada vez mais envolvidos na construção de um primeiro nível com capacidade de resolução”, o que permite atender a novas pandemias ou emergências dessa magnitude com maior coerência e capacidade de resposta. Do setor privado, porta-vozes ligados a empresas de serviços de saúde - algumas das quais também têm a mídia entre suas atividades - rejeitaram a proposta.



Em relação aos direitos civis, houve um avanço importante no final de junho, com a [sanção da lei de cotas de trabalho para travestis, trans ou transgêneros](#), que terão direito a pelo menos 1% dos cargos no Estado. O outro lado da moeda é a continuidade da prisão política de dirigentes como Milagro Sala, que em julho completará dois mil dias presa. Por esse motivo, a organização Tupac Amaru informou que vai realizar uma semana de protestos entre 6 e 11 de julho, que consistirá na instalação de [duas mil barracas](#) na Praça de Maio exigindo a liberdade da líder social e o fim da perseguição pelo governo provincial, liderado por Gerardo Morales (União Cívica Radical-Juntos por el Cambio).

Em outra questão importante, ao final desta edição, o governo concedeu a um ente estatal, a Administração Geral dos Portos (AGP), [a concessão da Hidrovia Paraná Paraguai por 12 meses](#). Como já relatamos em edições anteriores, trata-se de um debate estratégico dentro da coalizão governista: se o Estado retomar definitivamente o controle de suas hidrovias, pode avançar em outras questões relacionadas igualmente relevantes, como o controle das exportações. Em princípio, a medida é temporária: não implica uma reestatização, mas sim uma pausa na concessão “até que o serviço seja retomado por quem ou quem for beneficiário da licitação pública [instituída pelo Decreto n. 949/20](#)”.

#### **d) Uruguai: greve e assinaturas contra a LUC**

No Uruguai, em um contexto de maior tranquilidade política, aparecem também sinais de rejeição à política de Luis Lacalle Pou. No dia 17 de junho, o PIT-CNT realizou a primeira greve geral contra o governo da “coalizão multicolorida” que agrupa do centro à direita. A central sindical apresentou propostas concretas “contra a fome e a desigualdade, por trabalho e salário, em solidariedade com 15 professores de San José afastados de seus cargos e em defesa da vida”. Entre essas [propostas](#) estão programas de fortalecimento do emprego —especialmente jovem—, políticas de cuidado e renda para pequenas e médias empresas nacionais por meio de maior investimento público e de uma política que privilegie o “compre nacional”. Na carta, na qual se analisou a situação do país, a dirigência gremial incluiu também uma crítica à política de “caminhar fora del Mercosul”, entendendo que isso “aprofundará ainda mais sua especialização primária e prejudicaria a já escassa geração de valor a nível nacional”.

Por sua vez, o PIT-CNT, ao lado de um amplo leque de espaços políticos e sociais, está na campanha por um Referendo para revogar 135 artigos da Lei de Urgente Consideração (LUC), um grupo de normas que organizou as políticas centrais do governo desde o seu início em 2020. No âmbito do dia da greve geral, 600 postos foram instalados para recolher assinaturas. Até 22 de junho, mais de [572 mil assinaturas](#) foram coletadas. A meta é chegar a 700 mil até 8 de julho, o que possibilitaria a convocação de um referendo em dezembro de 2021. Nesse contexto, no final de junho o ex-prefeito de Rocha, o frente amplista Aníbal Pereyra, denunciava que no dia da greve a Polícia realizou um operativo ilegal para [vigiar os militantes](#) que participaram na campanha de recolhimento de assinaturas.



Outro tema importante no período é o debate sobre a sanção de uma nova lei de mídia. Seu tratamento estava agendado para o início de junho, mas foi adiado devido a desentendimentos dentro da própria coalizão governista. O projeto recebeu diversas críticas, inclusive do Conselho de Administração da Universidade da República, que em 8 de junho aprovou uma resolução na qual afirma que “permite uma maior concentração e estrangeirização dos meios de comunicação do país, inabilita a participação cidadã e não garante transparência nas decisões sobre o uso do espectro e regulação da mídia. Da mesma forma, afeta os direitos dos cidadãos consagrados na regulamentação em vigor”. A Instituição Nacional de Direitos Humanos e a Defensoria do Povo também rejeitaram o conteúdo do projeto e convocaram um debate público.

### **e) Paraguai: conflitos por terra e por energia, em um cenário político marcado pelas internas**

Por fim, no Paraguai, os temas mais importantes que aparecem na conjuntura são a situação sanitária, com o baixo nível de vacinação e o calendário das eleições municipais marcadas para outubro. Somam-se a essas questões dois problemas recorrentes, de caráter estrutural, como a disputa territorial e a política energética, em especial no que se refere a Yacyretá e Itaipu.

Em relação às disputas de terras, durante o mês de maio o governo impulsionou a aprovação de uma lei que as organizações camponesas chamaram de "lavagem de terras adquiridas de forma ilícita". “É uma medida descarada para legalizar a corrupção cometida por funcionários do Indert [Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e Territorial]”, disse a Unidade de Ação Social, um espaço que reúne várias organizações camponesas. “O projeto tem forte apoio da Associação Rural (ARP), União de Grêmios da Produção (UGP), dos 'brasiguaios', que são aqueles que de forma irregular e corrupta conseguiram acessar terras públicas subornando funcionários”, acrescentam os movimentos camponeses, que relatam que “pelo menos 700 mil hectares de terras do Indert estão ocupados ilegalmente por pessoas que não cumprem os requisitos para serem beneficiários da Reforma Agrária”. Algumas informações incluem uma quantidade muito maior. A apropriação privada de terras “adquiridas de forma ilícita” é um processo cujo início remonta à longa ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989). Em meio a mobilizações em várias partes do país, o projeto de lavagem acabou não sendo aprovado.

Os conflitos por terra, problema de natureza histórica no Paraguai, se agravam em um contexto de monocultura da soja, que gera expulsão do campesinato e configura um padrão de acumulação onde “o emprego agrícola é cada vez mais escasso e precário”. Nesse sentido, a pesquisa “Trabalho rural no Paraguai. Mitos e verdades sobre o impacto do complexo soja”, de Sarah Zevaco e Lis García, destaca:

Os benefícios da boa saúde do setor da soja não favorecem as comunidades e precarizam o campesinato, tanto pela grilagem quanto pela geração quase nula de empregos: a concentração da riqueza (terra e capital financeiro) atinge níveis tais que é geradora de pobreza para o país como um todo.





Foto: Felipe Campos Mello (Fotos Públicas)

Soma-se a isso sua baixa contribuição para a sustentação das políticas públicas. Os empresários do agronegócio, com grande poder econômico e político, contribuíram com menos de 1% do faturamento direto do Estado para o exercício de 2020. Nos últimos meses, circularam várias investigações que incomodaram as câmaras sindicais do setor. A Associação Paraguaia de Produtores e Exportadores de Carne (Appec) tentou censurar por meio de nota à União Européia o documentário "Os campos envenenados do Paraguai", incluído no catálogo da XII Ciclo de Cinema Europeu no Paraguai.

Em relação a Itaipu, diversos setores, inclusive dirigentes da Frente Guasú, continuam levantando a necessidade de debater o acordo por meio do qual o Paraguai atualmente fornece energia a preços baratos para o Brasil e a Argentina. Em particular, a Comissão Especial sobre Hidrelétricas Binacionais do Parlasul analisou no início de junho a posição do governo paraguaio quanto à revisão do Anexo C do Tratado de Itaipu e concluiu que é funcional aos interesses do Brasil, e não do próprio país.

No plano estritamente político, duas questões se destacaram. Por outro lado, no dia 20 de junho foram realizadas as primárias do oficialista ANR (coloquialmente, o Partido Colorado), cujo resultado mais importante foi o triunfo de Oscar “Nenecho” Rodríguez nas eleições para definir os candidatos a prefeito de Assunção. No mesmo dia também havia internas no Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), um espaço tradicional da oposição. Ali triunfou Efraín Alegre por pouco, que manteve o controle da diretoria do partido, que vive um momento de fragmentação e debate interno. A resolução de uma linha unificada pode ser importante para as eleições municipais de outubro de 2021 mas, sobretudo, para as eleições presidenciais de 2023. Se o PLRA decidir se articular com a Frente Guasú e demais setores afins, uma aliança progressista poderá ganhar espaço contra o ainda hegemônico Partido Colorado, com profunda divisão entre partidários do ex-presidente Horácio Cartes e do atual presidente Mario Abdo, e por sua vez, repudiado pelas mobilizações populares de março.

Por outro lado, no final de junho também foi eleita a nova direção do Senado, que culminou com a reeleição de Oscar Salomón, do setor Añetete do Partido Colorado (ao qual pertence o presidente Abdo Benítez). O processo mostrou divergências dentro da oposição, não só do PLRA, mas também da Frente Guasú, que se dividiu: enquanto quatro senadores, entre eles Fernando Lugo, votaram pela reeleição de Salomón, três - Hugo Richer, Esperanza Martínez e Carlos Filizzola - votaram no candidato do PLRA, Eusebio Ayala. Como resultado do acordo com Salomón, o senador Sixto Pereira da Frente Guasú ficou com a primeira vice-presidência da Câmara. Esse fato despertou a reação dos setores mais conservadores, em particular Honor Colorado —o setor “cartista” da ANR—; do partido de extrema-direita Patria Querida e das associações agropecuárias.





## 5. Mesoamérica: atravessada pelas crises migratória e política, em torno das eleições agudizam as tensões sociais

### a) Crise migratória: visita de Kamala Harris e foco na corrupção

A questão da migração é um dos problemas centrais que a região mesoamericana enfrenta. Como apontamos em relatórios anteriores, são várias as causas (econômicas, políticas, sociais, [ambientais](#) e de [gênero](#)) que geram os processos migratórios que se aprofundaram a partir da pandemia de Covid-19. Outro motivo que torna o assunto problemático é o tema compartilhado com os Estados Unidos: sua fronteira sul com o México é onde ocorre o maior fluxo de pessoas que procuram entrar irregularmente. Embora o governo Biden tenha assumido com uma retórica que, ao contrário do seu antecessor, previa mudanças na política interna e externa que visavam regularizar a situação de muitos imigrantes, não foi o que aconteceu. Algumas mudanças são reconhecidas como o fim das políticas de "terceiro país seguro" e pela "[permanecer no México](#)" ou, mais recentemente, em maio, pelo aumento da cota anual de concessão da condição de refugiado para 62.500 pessoas. Mas continua com a criminalização dos migrantes por meio de [deportações e detenções que aumentaram exponencialmente em maio](#), com mais de 180 mil pessoas detidas por patrulhas de fronteira, e com a decisão de que os custos da crise migratória sejam pagos pelos governos da região, colocando em risco a vida de milhares de pessoas que dia a dia procuram cruzar a fronteira. Um exemplo disso é a continuidade da medida adotada por Trump chamada [Título 42](#).

Nos dias 7 e 8 de junho, a vice-presidente dos EUA, [Kamala Harris, viajou à Guatemala e ao México](#) com o objetivo principal de abordar a agenda de migração. Ela se reuniu com os Presidentes Giammattei e López Obrador e com organizações da sociedade civil dos dois países. Os encontros giraram em torno de [três eixos](#), que buscam abordar - segundo a vice-presidente - as causas da migração: a) Promoção da ajuda ao desenvolvimento, dirigida principalmente a ONGs e fundações; b) combate à corrupção, por meio da criação de um grupo de trabalho anticorrupção, do fortalecimento das promotorias e da criação de listas de funcionários corruptos que serão aprovadas pelo governo dos EUA; c) promoção do investimento privado. Como aponta David Wilson em [Truthout](#), as medidas propostas por Kamala Harris revelam a hipocrisia com que os Estados Unidos enfrentam o problema da migração, responsabilizando os países do Triângulo Norte (El Salvador, Guatemala e Honduras) sem registrar as consequências da interferência norte-americana na realidade interna desses países. Recentemente, o



jornalista Aram Aharonian destacou como o combate à corrupção é outra forma de interferência estadunidense na região. Por fim, podemos esperar as repercussões para os governos do Triângulo Norte da publicação da lista Engels pelo Departamento de Estado dos EUA, que estabelece uma relação de funcionários acusados de corrupção e passíveis de sanções pelo governo estadunidense.

## **b) A 4T de AMLO passam na prova eleitoral, mas soam alguns alarmes**

Em 6 de junho, as eleições de meio de mandato foram realizadas no México. Estas se caracterizaram por serem as maiores da história, elegendo cerca de 20 mil cargos (500 deputados federais, 15 governadores, 10 congressos locais e centenas de municípios, prefeituras e administrações públicas). A campanha eleitoral - para além do contexto de pandemia - foi marcada pela violência estrutural que assola o país, onde quase 100 dirigentes políticos foram assassinados e 38 deles eram candidatos nestas eleições. E pela forte polarização política entre o partido no poder e a oposição, que competiam para formar grandes blocos de alianças: Juntos fazemos história - MORENA, PT e PVEM - e Va por México - PRI, PAN e PRD. A participação eleitoral dos cidadãos atingiu 52%, acima da média das demais eleições legislativas.

Nessas eleições, o projeto político da quarta transformação (4T) de Andrés Manuel López Obrador foi posto à prova nas urnas pela primeira vez, após ter sido eleito presidente em 2018 por 53% dos votos. A figura do presidente assumiu uma grande centralidade na campanha eleitoral: do lado do oficialismo, devido à imagem positiva do presidente, que chega a 60%; e do lado da oposição, construindo um discurso de unidade sustentado por um forte anti-obradorismo. No plano retórico, enfrentam-se dois blocos políticos e sociais que disputam o presente e o futuro do México.

Os resultados são favoráveis ao projeto do governo de AMLO, mas soaram alguns alarmes que devem ser resolvidos face ao referendo revogatório de março de 2022 e ao referendo presidencial de 2024: o partido MORENA consegue posicionar-se como a primeira força no nacional nível, mas precisa de seus aliados obter maioria absoluta na Câmara de Deputados e aprovar, por exemplo, os orçamentos federais. Por sua vez, não atinge as 334 cadeiras necessárias para ter maioria qualificada e avançar nas reformas constitucionais, para as quais deverá tecer acordos com setores da oposição. O saldo positivo é que consegue ter uma presença territorial importante ao vencer 11 dos 15 governos estaduais disputados. Em contrapartida, o morenismo sofreu derrotas importantes em centros urbanos como Puebla, Toluca, Guadalajara, Nueva León e Cidade do México. Este último caso - em que venceria apenas 7 dos 16 autarcas em disputa - é o mais marcante, pois é um bastião histórico do progressismo e é governado por Claudia Sheinbaum, referência do MORENA e um dos nomes possíveis para suceder AMLO.

Se o avanço territorial do partido de López Obrador se explica pelo forte apoio que tem de setores populares em regiões de maior pobreza e desigualdade social, o retrocesso em algumas áreas metropolitanas se deve ao voto contrário que recebeu da classe média e da juventude que acompanhou-o em 2018. Este último se deve em parte, como



aponta o discurso oficial, a uma guerra midiática desencadeada pela mídia hegemônica, mas também por uma agenda de governo que não desafia esses setores. Além disso, a expansão territorial de MORENA trouxe como contrapartida candidaturas de líderes políticos que expressam a velha política corrupta e paternalista que AMLO prometeu erradicar. Sobre isso [John Ackerman](#) assinalou que “esta imposição unilateral de candidaturas, muitas vezes com perfis totalmente não apresentáveis, gerou um desconforto terrível. E a falta de cargos políticos das lideranças para incorporar e dialogar com os grupos deslocados causou uma profunda indignação”. Assim, a transformação também terá de ocorrer dentro do partido no poder, caso ele não queira prejudicar ainda mais a relação com sua base eleitoral.

O bloco de oposição ao governo parece estar à tona após uma retumbante derrota nas últimas eleições presidenciais. Reeditando a aliança do "Pacto pelo México", o PAN, o PRI e o PRD se uniram exclusivamente para interromper o processo de transformação de AMLO. Contando com o apoio dos mais poderosos setores empresariais do país e dos EUA - como pode ser visto na capa da revista *The Economist* - eles lançaram uma cruzada que apesar de ter crescido eleitoralmente e correspondido ao jogo não parece ser o suficiente para deter a 4T. López Obrador planejou avançar em [três reformas](#) em face dos três anos de seu mandato restante: eleitoral, elétrica e segurança.

### **c) Crise política na Nicarágua: ingerência estadunidense e detenção de opositores**

Desde [2018](#), a [Nicarágua](#) vive uma crise política, fruto de uma forte polarização entre os que apoiam o sandinismo no governo e os que rejeitam o projeto político liderado por Daniel Ortega. O endurecimento das políticas anti-oposição do governo, o forte apoio social que o sandinismo tem, o apoio estrangeiro e os financiamentos recebidos pelos grupos de oposição e sua falta de unidade são alguns elementos que nos permitem entender o momento político que atravessa a Nicarágua frente às eleições presidenciais de 7 de novembro, que só aprofundaram as tensões políticas e sociais.

A série de prisões de líderes opositores, empresários e jornalistas pela Justiça nicaraguense abalou o mapa político e eleitoral, com forte repercussão no plano internacional. Desde 2 de junho, [foram detidos mais de 27 opositores](#), incluindo seis candidatos à candidatura presidencial (de acordo com o calendário eleitoral, o prazo para apresentação de candidaturas vai de 28 de julho a 2 de agosto). As medidas judiciais são regidas por uma [série de leis](#) como a lei de defesa dos direitos dos povos à independência, soberania e autodeterminação para a paz, a lei dos crimes cibernéticos, a lei dos agentes externos e a recente [lei eleitoral](#) sancionada no 4 de maio passado.

Os opositores detidos são acusados de traição à pátria e de enfraquecimento da soberania nacional, ao permitir a ingerência ou sanções estrangeiras ao país, bem como de crimes de lavagem de dinheiro. A lista de pessoas inclui líderes de direita como [Cristiana Chamorro](#), que pertence a uma das famílias mais poderosas da Nicarágua. Ela é filha da ex-presidente Violeta Barrios e presidente da Fundação Violeta Barrios de Chamorro



(FVBCH), que tem sido um dos canais de financiamento direto da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), com 7 milhões desde 2009. Outro preso é o jornalista Miguel Mora, que é diretor do *100% Noticias* e recebeu financiamento da agência estadunidense por meio da FVBCH. É importante destacar o papel desestabilizador e golpista desempenhado por alguns meios de comunicação e em particular o 100% Noticias nas mobilizações de 2018. Também estão presos ex-sandinistas que fizeram parte do processo revolucionário de 1979 e que nos anos 1990 passaram para os dissidentes, como Dora María Tellez e Hugo Torres, e ex-funcionários do governo, como Arturo Cruz.

Os fatos mencionados, e pelos quais a Justiça decidiu agir, surgiram a partir de uma série de investigações realizadas pelos jornalistas norte-americanos Ben Norton e Max Blumenthal nas quais revelam a interferência estadunidense e europeia para desestabilizar e derrubar o sandinismo. Isso ocorre por meio do financiamento a setores de oposição e da mídia por meio de agências americanas e europeias que têm uma história obscura em nosso continente por patrocinar guerras não convencionais contra governos latino-americanos e caribenhos. Tanto a USAID quanto a Fundação Nacional para a Democracia (NED), bem como a Fundação Soros e a Agência Espanhola de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (AECID) têm financiado ONGs como a Fundação Violeta Barrios de Chamorro e a Fundação Nicarágua para o Desenvolvimento Econômico e Social (Funides); e a uma rede de meios de comunicação como La Prensa, Confidencial, 100% Noticias, Artigo 66, Cinco Nicaragua, entre outros.

Dada a situação política do país, a OEA convocou uma reunião do Conselho Permanente para 16 de junho e aprovou uma resolução não vinculante de quatro pontos sobre o país centro-americano. Isso ocorre ao mesmo tempo em que a organização não emite nenhuma declaração sobre a violação dos direitos humanos na Colômbia pelo governo Duque e se cala diante da subjugação pela direita peruana por não reconhecer a vitória eleitoral de Pedro Castillo. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a ONU solicitaram a libertação dos oponentes detidos (assinada por 59 países). Em contrapartida, os governos da Argentina e do México não seguiram essas posições, mas mostraram preocupação com a situação política nicaraguense. A ALBA-TCP denunciou a ingerência norte-americana no processo democrático da Nicarágua e se posicionou contra as sanções e bloqueios contra este país.

A crise política na Nicarágua é um divisor de águas no progressismo latino-americano: há quem afirme que nos últimos anos se aprofundaram a faceta autoritária e a direitização de Ortega a partir dos acordos firmados com o empresariado privado e setores da Igreja Católica; e os que defendem o governo de Daniel Ortega, destacando as conquistas sociais do sandinismo e a posição geoestratégica que ocupa na região, denunciando a ingerência estadunidense e a tentativa de desestabilização e golpe de estado.



#### **d) Honduras: crítica às ZEDES e eleições presidenciais**

O dia 28 de junho marcou o 12º aniversário do golpe de Estado contra Manuel Zelaya, promovido pelos Estados Unidos e realizado pela oligarquia hondurenha em conjunto com a classe política e as forças repressivas do Estado. Desde então, um regime autoritário, neoliberal e extrativista se instalou no país. Esses fatos são necessários para compreender a importância do processo político que está ocorrendo em face das eleições presidenciais de 28 de novembro.

Em 25 de maio, foi aprovada uma nova lei eleitoral, com o voto de 104 dos 128 deputados do Congresso Nacional. Essa regulamentação gerou expectativas quanto à possibilidade de avançar em uma série de reformas que tornem o processo eleitoral mais transparente e representativo. A legislação finalmente aprovada faz modificações cosméticas na lei que a antecede e continua com uma grande dívida: o segundo turno. A oposição ao Partido Nacional falhou em tecer alianças e unificar. O candidato à presidência do partido no poder é Nasry Asfura, e ao lado dos candidatos da oposição estão Xiomara Castro, do partido Libertad y Refundación (Libre), Yani Rosenthal do Partido Liberal e Salvador Nasralla do Partido Salvador de Honduras.

Um dos debates centrais que abriu a campanha eleitoral está relacionado às ZEDES (Zonas de Emprego e Desenvolvimento Econômico), após uma forte tentativa do regime de Juan Orlando Hernandez de revigorá-las diante das eleições de novembro com a promessa de gerar empregos e atrair investimentos. Os candidatos da oposição rejeitam a proposta, e também se formou uma importante articulação entre várias organizações sociais que em 16 de junho constituíram o Movimento Nacional contra as ZEDES e pela soberania nacional e exigem a revogação de sua lei orgânica e a restituição das terras a quem as pertence. Na entrevista coletiva de lançamento, os líderes sociais afirmaram que “buscam reverter as mudanças inconstitucionais nascidas à luz das normas que as regulam e apoiar as comunidades afetadas por esse projeto”. A partir desse quadro de articulação, foram realizadas uma série de mobilizações em diferentes regiões do país para rejeitar os projetos hidroelétricos e outras formas de saque e desapropriação do território que estão ocorrendo.

#### **e) El Salvador: o poder absoluto de Bukele tensiona com os EUA, cooperação com a China e lei Bitcoin**

O golpe no Judiciário em 1º de maio por parte de Bukele e seu partido Novas Ideias testa a firmeza das decisões do presidente salvadorenho. Sem dar o braço a torcer, o presidente enfrentou críticas internacionais e principalmente dos EUA, que por meio da visita nos primeiros dias de maio de Ricardo Zúñiga - enviado especial dos Estados Unidos ao Triângulo Norte - pediu que a medida fosse implementada de volta.

Em 18 de maio, a Assembleia Legislativa ratificou o acordo de cooperação econômica entre El Salvador e a China celebrado em 2019. O acordo está centrado principalmente em investimentos em infraestrutura por parte da potência asiática, e gira em torno



de 400 milhões de yuans (o equivalente a 62 milhões de dólares). A cooperação com a China tem sido vista por alguns analistas como uma estratégia para atrair investimentos num contexto de endividamento do país e tensões com os Estados Unidos, e tem recebido críticas sobre a forma do acordo, o que foi imediatamente respondido pela [Embaixada da China](#), afirmando que a cooperação se baseia no respeito à soberania e na cooperação Sul-Sul promovida pelo governo de Xi Jinping.

Em 1º de junho, após [dois anos de governo](#), Bukele voltou a atacar com um discurso ofensivo mencionando o "quinto passo" para [desmontar o "aparato ideológico"](#) que manteve a ordem vigente até 2019, sem falar dos desaparecimentos e [violações dos direitos humanos de seu governo](#). Por fim, em 9 de junho, a Assembleia Legislativa aprovou a [Lei Bitcoin](#), que estabelece a circulação legal da criptomoeda, sendo o primeiro país a adotar tal medida. Isso prejudicou ainda mais as relações com o FMI, no meio de uma negociação para um empréstimo de 1,3 bilhão de dólares, e levantou preocupações de que El Salvador não se torne um paraíso para a [lavagem de dinheiro](#).

### **f) Guatemala: falta de vacinas e caso Diario Militar**

Na Guatemala, as fortes críticas ao governo Giammattei se devem à [gestão da pandemia](#) e à escassez de vacinas, ao mesmo tempo que aumentam os casos de contágio da Covid-19. O [pacto de corruptos](#) que rege o país e a cooptação das instituições do Estado significam que o poder dominante não pode ser socialmente questionado. Por sua vez, as organizações sociais vêm denunciando a criminalização de defensores dos direitos humanos e ambientalistas e, no dia 4 de junho, se mobilizam para exigir a [libertação de presos políticos](#).

Em 27 de maio, [11 ex-militares de alto escalão foram presos](#) e levados a julgamento acusados de perseguir, torturar e/ou fazer desaparecer 183 pessoas entre 1983 e 1985, no que ficou conhecido como [caso "Diario Militar"](#), parte da guerra interna que as forças repressivas do Estado realizaram contra as organizações armadas. É um fato importante na demanda por justiça diante dos crimes contra a humanidade cometidos durante a década de 1980. [Famíliares de desaparecidos e organizações de direitos humanos estão se mobilizando](#) para que o julgamento possa efetivamente avançar, os fatos sejam esclarecidos e os culpados sejam punidos.

### **g) Costa Rica e Panamá: casos de corrupção movem o mapa político**

O contexto político da Costa Rica e do Panamá foi abalado por casos de corrupção que vinculam funcionários e ex-funcionários públicos desses países a empresas privadas. Na Costa Rica, o Órgão de Investigação Judicial (OIJ) confirmou até o momento a [prisão de 29 pessoas vinculadas à suposta rede de corrupção](#) na concessão de obras públicas pelo recebimento de propinas de grandes construtoras como MECO e H. Solís. Embora isso tenha aparecido na agenda durante os meses de maio e junho, é uma realidade



que permeia diversos governos costarriquenhos como parte de um modelo neoliberal de entrelaçamento espúrio entre setores do Estado e empresas privadas.

No caso do Panamá, os ex-presidentes Ricardo Martinelli (2009-2014) e Juan Carlos Varela (2014-2019) vão a julgamento pelo caso Odebrecht. Ambos são acusados de lavagem de dinheiro vinculada a subornos e financiamentos ilícitos de campanha eleitoral da construtora brasileira, que se tornou a principal empreiteira do país na gestão presidencial da fórmula Martinelli-Varela. No caso do ex-vice-presidente e posteriormente presidente da Nação, Juan Carlos Varela, os pagamentos foram triangulados por meio da Fundação Don James.

Por fim, no Panamá, durante os meses de maio e junho, destacam-se uma série de mobilizações contra o projeto de mineração promovido pelo governo, com o qual busca reativar a economia pós-pandemia. A proposta é rejeitada por um grupo de organizações sociais que afirmam que este tipo de projetos prejudica o meio ambiente e querem ser realizados sem consulta prévia às comunidades que habitam os territórios.



## 6. Caribe insular, das conquistas de Cuba à insegurança no Haiti

### a) Cuba: 5 vacinas e um embargo condenado pela comunidade internacional

#### *Vacinas*

O que mais se falou nos últimos meses em relação a Cuba é sobre vacinas. E, apesar do bloqueio brutal e de todas as tentativas da imprensa hegemônica mundial de deslegitimar os avanços cubanos a esse respeito, o país está prestes a ser o primeiro em Nuestra América a ter suas próprias vacinas prontas contra a Covid-19.

Nos últimos dias, o governo cubano deu dois dados relevantes: a vacina candidata Abdala mostrou 92,28% de eficácia em seu esquema de três doses, enquanto a já famosa Soberana 02 demonstrou uma eficácia de 62% com duas doses. Logo estarão prontos os resultados, da inclusão de uma terceira dose de reforço de Soberana Plus (uma injeção de reforço para convalescentes da Covid-19, que está planejada para ser usada para completar o esquema de imunização).

Enquanto as manchetes da imprensa hegemônica enfatizavam o número 62%, sem esclarecer que o número não incluía o esquema vacinal completo com as três doses correspondentes (ainda que esse fosse o número final completo seria de qualquer forma uma boa notícia e aceita pela OMS), vários países - principalmente latino-americanos - estavam se reunindo e tentando fechar contratos para poder comprar uma das duas vacinas desenvolvidas no subcontinente. Entre eles estão Argentina, Paraguai, Bolívia, Venezuela, Jamaica, México, Haiti, Suriname e alguns estados do Brasil.

Por sua vez, Cuba iniciou a imunização em massa de sua população em maio com vacinas próprias, cujos ensaios haviam começado em março e que, dada a necessidade e urgência devido ao aumento de casos, a OMS autorizou o início de sua utilização após análise dos dados do ensaio da fase 2 da Abdala e da Soberana 02 e estabeleceu sua segurança para uso humano.

Até o momento deste relatório, Cuba já vacinou com pelo menos uma dose 25% de sua população (2.758.893) e mais de 10% com o esquema completo. Além disso, os testes das vacinas Soberana 02 e Soberana Plus começaram em meninas e meninos com idades entre 3 e 18 anos.

Além de Abdala, Soberana 02 e Soberana Plus, a ilha também desenvolve outras duas vacinas: Soberana 01 e Mambisa, que é uma vacina intranasal.





No marco da campanha “A solidariedade vence o bloqueio” realizada em vários países para enviar seringas a Cuba e continuar enfrentando o embargo, a ilha já recebeu os primeiros envios deste material.

### *Embargo*

Por outro lado, em maio e junho foram realizadas novamente conferências e mobilizações virtuais contra o bloqueio a Cuba em mais de 70 cidades em todo o mundo.

Finalmente, em 23 de junho, a Assembleia Geral da ONU aprovou com 184 votos a favor a resolução contra o bloqueio a Cuba. Os países que votaram contra foram os EUA e Israel, enquanto a Colômbia, a Ucrânia e o Brasil se abstiveram. Esse tipo de resolução é aprovado desde 1992 na ONU, sem consequências para a efetiva política externa dos Estados Unidos em relação à ilha.

Em resposta a esta dura política de bloqueio, o Banco Central de Cuba suspendeu desde 21 de junho a possibilidade de aceitar depósitos em dinheiro em dólares norte-americanos. Como consequência dessa medida, o peso cubano se valorizou e muitos detentores de dólares começaram a trocá-los por euros. Esta medida é temporária e aguarda a retificação das medidas de bloqueio que vem sofrendo Cuba.

### **b) Haiti: referendo adiado, crise de violência e Covid e visita da OEA**

Em meio a um aumento exponencial da violência e também dos casos de Covid-19, o presidente de facto, Jovenel Moïse, anunciou que adiará novamente o questionado referendo constitucional agendado para 27 de junho. A nova data anunciada é 26 de setembro.

Desde 24 de maio, o Haiti declarou estado de emergência sanitária em todo o território, acompanhado de toque de recolher. O número médio de casos diários (nos últimos 7 dias) aumentou de 10, em 10 de maio, para 190, em 8 de junho. No entanto, acredita-se que os números de infecção e morte sejam superiores aos números oficiais devido ao número limitado de testes e estatísticas. Além disso, as variantes Alfa e Gama do vírus foram detectadas no país.

A situação de saúde é agravada pela falta de vacinas (o país ainda não recebeu nenhuma) e pela situação de violência que impede o desenvolvimento normal das atividades nos centros de saúde.

Em relação às vacinas, o governo inicialmente rejeitou o ingresso de 756 mil doses da AstraZeneca que deveriam chegar pelo mecanismo Covax, alegando possíveis efeitos colaterais e também devido à grande desconfiança da população. Lautaro Rivara, jornalista que atualmente cobre a situação no Haiti, consultado para este relatório, afirmou que “o povo haitiano em geral não confia nas vacinas, visto que em outras ocasiões na história elas foram usadas como uma população de 'teste' ou 'experimentos científicos'”. Essa hipótese foi confirmada por vários especialistas.



Diante do agravamento da situação, o país concordou em receber as doses, e a previsão é que 130 mil cheguem nas próximas semanas. O governo dos EUA disse que doará 6 milhões, embora por enquanto não tenha havido mais especificações ou avanços.

A organização [Médicos Sem Fronteiras](#) afirmou que a escalada da violência e os confrontos em alguns bairros de Porto Príncipe limitam o [deslocamento](#) de pessoas aos centros de saúde, ao mesmo tempo que a falta de leitos e a [insuficiência do próprio sistema de saúde](#) são evidentes.

No entanto, o mais relevante quando se olha as notícias do país caribenho não é a falta de vacinas ou o número de casos de Covid-19, mas a crise de violência e insegurança que vive sua população no dia a dia.

Em 1º de junho, um confronto eclodiu no bairro Martissant, em Porto Príncipe, entre dois dos membros fundadores da aliança de gangues G9. Desde então, houve surtos frequentes de violência em diferentes áreas, causando pelo menos 10 mortes e 10 mil pessoas tiveram que fugir de suas casas. Além disso, [8 delegacias de polícia foram atacadas](#) e saqueadas entre 1 e 7 de junho. De acordo com o [Instituto Móvel de Educação Democrática](#) (IMED), esses são "bandidos a serviço do poder e de outros setores políticos e econômicos".

A jornalista [María Paula Sáenz](#) afirmou que “a aliança do G9, criada desde 2020, é um novo tipo de estrutura criminosa no Haiti, que reúne algumas das gangues mais importantes do país em troca da impunidade do apoio da política e da polícia”. O líder do G9 Jimmy “Barbecue” Cherizier é um policial exonerado. Um amplo espectro de setores - de organizações sociais, organizações de direitos humanos a partidos políticos - denunciou seu conluio com Jovenel Moïse e o partido no poder há anos.

Segundo a Fundação Je Klere e a Rede Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (RNDDH), o [G9 foi criado para garantir a vitória eleitoral do partido de Moïse](#). Os territórios controlados por esta aliança constituem uma grande parte do eleitorado. Além disso, “foi Jimmy Cherizier quem cedeu uma sala ao Estado para instalar a sede do Escritório de Identificação Nacional”, disse Pierre Espérance, diretor executivo da RNDDH. “Nessa zona, os cartões eleitorais são fabricados por encomenda”.

De acordo com a Comissão Nacional de Desarmamento, Desmantelamento e Reintegração (CNDDR), hoje existem mais de 76 gangues e 500 mil armas ilegais no país. Essa comissão - que depende diretamente do primeiro-ministro - [na época apoiou a criação do G9](#).

O G9 controla muitas áreas e acessos a Porto Príncipe e tem a capacidade de isolar completamente a cidade. A esse respeito, [Lautaro Rivara afirma](#):

Durante os grandes dias de mobilização nacional, as gangues armadas bloquearam o acesso ao bairro, impedindo a livre circulação de pessoas e ameaçando matar quem quisesse se mudar para Champ de Mars, centro político do país e epicentro dos protestos.



Além disso, Rivara se refere ao “uso do sequestro como forma de financiamento” dessas gangues, com “padrões aleatórios, com o fim último de aterrorizar e desmobilizar a população, que foi forçada a uma dinâmica de reclusão ao cair a luz do Sol”.

No dia 23 de junho, Barbecue apareceu em um vídeo no qual anunciava o início de uma “revolução armada”, “consumando uma virada discursiva contra o Estado, o governo e a oposição política. Usando símbolos nacionais e evocando os heróis da revolução da independência, ele convidou a população a se armar e se unir à sua organização”.

Segundo Rivara:

A atuação do Barbecue permite proteger o poder político dos sinais cada vez mais claros de conluio e aliança com o crime organizado. Mas, além disso, fornece argumentos para aqueles que proclamam o estabelecimento de uma ditadura neoduvierista que “pacifique” o país pela força, ou a instalação de uma nova missão internacional de ocupação.

Diante deste tipo de situação, a intervenção internacional do chamado Core Group não espera. Já em 22 de maio, o governo Biden havia anunciado que estava concedendo proteção temporária por 18 meses a cidadãos haitianos que migraram para os Estados Unidos. Em 7 de junho, o presidente anunciou o adiamento do referendo. Mas, além disso, em 8 de junho, depois que [Biden se manifestou contra a consulta](#), o Haiti recebeu uma delegação da OEA, composta por representantes do Canadá, Costa Rica, Equador, São Vicente e Granadinas e Estados Unidos.

A delegação, que tinha como objetivo “[facilitar o diálogo que conduza a eleições livres e justas](#)”, reuniu-se com o Presidente Jovenel Moïse e um setor da oposição. No entanto, alguns desses setores (partido político Pitit Dessalines, Setor Democrático e Popular e partido Fanmi Lavalas) e organizações sociais [rejeitaram a proposta de se reunir com a OEA](#), por considerar que tem atuado em apoio ao atual governo e também considerando que participou da geração do caos e da crise no país nos últimos dez anos.

Na madrugada de 30 de junho, [quinze pessoas foram mortas em Porto Príncipe](#). Todos foram alvejados por veículos, quase ao mesmo tempo, em diferentes pontos da cidade. Entre eles, estava uma ativista feminista, Antoinette Duclair, e o jornalista Diego Charles. No final deste relatório, foi divulgada a notícia de que o presidente [Jovenel Moïse foi assassinado](#) por homens armados que atacaram a residência presidencial

### **c) República Dominicana: conflitos fronteiriços com Haiti e novo Código Penal**

Apesar do [desacordo generalizado das populações fronteiriças do Haiti e da República Dominicana](#), o governo de Luis Abinader continua com a ideia de construir um muro,



já com 23 quilômetros de extensão, construído entre 2019 e 2020 por seu antecessor Danilo Medina entre os pontos de fronteira de Jimaní e Elías Piña.

Em outro capítulo dos conflitos de fronteira na ilha de Quisqueya (rebatizada de "La Española" na conquista), o Haiti começou a construir um canal de irrigação no rio Masacre ou Dajabón, ao qual a República Dominicana se opõe, apesar de seu uso significar um impacto menor do que o uso que este país faz dele atualmente. É um rio fronteiro que pertence a ambas as nações. O Tratado de Paz, Amizade Perpétua e Arbitragem de 1929 estabelece que ambos os países têm o direito de usar suas águas.

Além disso, está em debate na República Dominicana um projeto de lei para modificar o Código Penal vigente desde 1884. Nele se tipificam os delitos penais de corrupção e se pretende que, no caso dos mais graves, sejam imprescritíveis. Mas o que mais veio à luz sobre esse assunto é o debate sobre a descriminalização da interrupção da gravidez. A República Dominicana é um dos três países de Nuestra América onde a proibição do aborto é total, junto com El Salvador e a Nicarágua. Mas o movimento feminista conseguiu colocar o assunto na ordem do dia. Desde 11 de março instalaram um acampamento em frente ao Palácio Nacional e realizaram atividades em diferentes cidades. Elas marcharam para pedir a aprovação do aborto em três situações. Porém, no dia 28 de abril, a Câmara dos Deputados aprovou em primeira leitura o anteprojeto do Código Penal, que permitiria o aborto em caso de risco de vida para a mãe somente quando se tiverem esgotado "todos os meios científicos e técnicos disponíveis até onde for possível". No entanto, os três fundamentos para permitir o aborto permanecem fora do texto, que já foi aprovado em segunda leitura na Câmara dos Deputados com 128 votos a favor e 13 contra. O projeto deve ir ao Senado e depois ser sancionado pelo presidente. Se aprovado, o aborto se tornaria legal pela única causa de risco de vida da mãe.

#### **d) Porto Rico: privatização da energia elétrica e apagão**

Em Porto Rico, a conjuntura esteve atravessada principalmente pela energia elétrica. Após a assinatura de um contrato negociado em segredo pelo governo Pedro Pierluisi, no dia 1º de junho passado a empresa canadense-americana LUMA Energy assumiu a gestão. A concessão tem duração de 15 anos e custo de 500 bilhões de dólares. Até então, a rede elétrica - que sofreu enormes danos com o furacão Maria em 2017 - era administrada pela Autoridade Elétrica de Porto Rico (PREPA).

Poucos dias após a mudança de gestão, o país sofreu dois apagões que deixaram centenas de milhares de pessoas sem eletricidade. O primeiro ocorreu no dia 10 de junho, após incêndio em uma subestação elétrica e o segundo na noite do dia 16 de junho, devido a avarias em algumas das unidades de energia. No total, mais de 1 milhão de pessoas ficaram sem abastecimento (alguns por várias semanas) e, embora o serviço tenha sido restaurado, ainda há cortes parciais em algumas áreas. Equipamentos de saúde e armazenamento de alimentos foram danificados e os cuidados médicos para pessoas que dependem de respiradores foram



Diferentes setores sociais se manifestaram contra a privatização, incluindo o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica e Irrigação (Utier) e o coletivo Mulheres contra Luma, além da Frente Ampla Todo Puerto Rico, que já convocou diversos protestos.

O deputado Luis Raúl Torres, do Partido Popular Democrático (PPD), recorreu à Justiça para solicitar que a empresa comprove sua capacidade de cumprir o contrato firmado. Diante disso, a empresa recorreu ao Tribunal Distrital dos Estados Unidos em Porto Rico para contornar a ordem do juiz que ordenou que se apresentasse as provas.



## 7. Imperialismo e integração

### a) o imperialismo sob o governo de Biden

#### *Avança o plano para a Mesoamérica*

Conforme desenvolvemos no ponto anterior, e também examinamos no último relatório, uma das questões que atravessam a política de Biden para a América Latina e o Caribe centra-se na problemática da migração e sua relação com o México e a América Central. A migração massiva dessas regiões, forçada pela devastação das condições de vida promovida pelas políticas neoliberais na Mesoamérica, tornou-se nesses meses um desafio para um governo que tenta se diferenciar das iniciativas mais punitivas - até mesmo da construção do Muro da Fronteira - de Trump e garantir, ao mesmo tempo, êxito na contenção do fluxo migratório. A viagem da vice-presidente Kamala Harris à Guatemala e ao México, no início de junho, foi a coroação de uma série de visitas de autoridades dos EUA a esses países nos últimos meses, levou à negociação dessa nova agenda estadunidense para esses países, que certamente se projetará para o resto da região. Motivada pelo fim do programa "Permanecer no México", no fim de junho, implementado por Trump (Protocolo para a Proteção de Migrantes, pelo qual os requerentes de asilo deveriam permanecer naquele país até a concessão do referido requisito), a referida visita teve como foco a negociação de acordos relativos a: a) Financiamento estadunidense para projetos de treinamento, assistência social e econômicos, canalizados principalmente para ONGs ou organizações da sociedade civil; b) compromissos com ações contra a corrupção e fortalecimento do sistema judiciário; c) operação conjunta das forças de segurança no controle da migração ilegal e do tráfico de drogas. Às dúvidas sobre a concretização e eficácia deste financiamento, se soma certamente a crítica do impacto político e social de uma política que, a partir dos interesses estadunidenses, empodera atores "civis" e busca redesenhar o funcionamento do Estado. Essa mesma questão surgiu como um conflito entre os EUA e o México antes da visita de Harris.

#### *A mão do soft power: reforçando a USAID*

No final de maio, o presidente mexicano Andres Manuel Lopez Obrador, em sua habitual conferência matinal, disse: "É muito lamentável que o governo dos Estados Unidos não tenha levado a sério nosso pedido. Por isso, vamos continuar insistindo respeitosamente que eles não financiem mais grupos políticos no México". Ele se referia a uma nota diplomática apresentada no início de maio, em que o governo mexicano pedia a suspensão do financiamento de ONGs de oposição como a Mexicanos Contra la Corrupción y la Impunidad (MCCI) que, tendo recebido da USAID nos últimos três anos



50 milhões de pesos, estava realizando uma série de denúncias de corrupção contra o governo mexicano no contexto da campanha eleitoral para as eleições legislativas e estaduais. "A luta contra a corrupção é uma parte central da política externa do presidente Biden (...), devemos estimular a exposição da corrupção, por isso ele continuará a financiar ONGs e jornalistas investigativos para isso", indicou a resposta de um funcionário público estadunidense. E dias depois, o presidente Biden anunciou que pediria ao Congresso um aumento de 11% nos fundos destinados à USAID. À frente desse órgão, o presidente Biden nomeou Samantha Power, acadêmica, escritora e diplomata britânica, nacionalizada americana, que durante o governo de Barack Obama foi integrante do Conselho de Segurança Nacional e posteriormente embaixadora nas Nações Unidas; e tem experiência na defesa dos direitos humanos, da comunidade LGBT e do tráfico de pessoas. Ele foi uma figura-chave na intervenção na Líbia em 2011 e participou da imposição de sanções à Coreia do Norte e da intervenção dos EUA na Ucrânia e na Síria, em oposição ao papel da Rússia. Samantha Power percorreu justamente Honduras, Guatemala e El Salvador em meados de junho, após a passagem da vice-presidente, na negociação de financiamentos para a sociedade civil.

### *A disputa com a China*

Longe de se diferenciar do governo Trump, a disputa com a China continua a nortear a política internacional dos Estados Unidos no governo Biden, embora agora adote outras nuances. A esse respeito, no final de maio, o próprio presidente anunciou que havia ordenado às 16 agências de inteligência do governo dos EUA que preparassem um relatório sobre as origens da Covid-19 para elucidar se a origem da pandemia teve causas naturais ou resultados da propagação acidental de um vetor de um laboratório de pesquisa virológica chinês localizado em Wuhan. Esse anúncio está relacionado à disputa pela liderança e hegemonia global no combate à pandemia e seus efeitos. Assim, dias depois, no início de junho, o governo dos Estados Unidos anunciou que a partir do final daquele mês iniciaria a doação de 80 milhões de vacinas, sendo a primeira etapa a entrega de 19 milhões ao fundo Covax. O anúncio também serviu para listar tudo o que o governo dos EUA fez nos esforços globais contra a pandemia. Sobre isso, como também nos referimos no primeiro ponto deste relatório, no início de junho Biden anunciou a decisão de comprar 500 milhões de doses da vacina Pfizer, assimilando esse fato com a participação americana na Segunda Guerra Mundial. Sobre isso, um porta-voz disse que os EUA "serão o arsenal de vacinas em nossa luta contra a Covid-19".

Certamente, as continuidades em relação à administração Trump não se limitam a atribuir a responsabilidade pela pandemia à China. Com o aval de Biden, o Senado dos Estados Unidos aprovou em junho, por grande maioria, a histórica Lei de Concorrência e Inovação 2021 (USICA) que aloca fundos milionários para subsidiar o desenvolvimento tecnológico (190 bilhões de dólares para tecnologia e pesquisa e 54 bilhões para aumentar a produção em semicondutores e equipamentos de telecomunicações),



ao mesmo tempo em que bloqueia o uso ou a compra pelo Estado de plataformas e produtos tecnológicos de empresas chinesas. Antes da anunciada aprovação desta lei pela Câmara dos Deputados, o senador Schumer - que apresentou o projeto em abril de 2020 - destacou que “cedemos o manto da liderança mundial aos nossos adversários, ou preparamos o caminho para outra geração de liderança americana” e que sua sanção iminente desmente que “as democracias conflitivas como os Estados Unidos não podem enfrentar o momento e investir nas prioridades nacionais da forma como um governo centralizado faz”.

### *O G-7, a globalização recortada e a “rota da seda” estadunidense*

Por fim, uma nova cúpula do chamado G-7 aconteceu entre 11 e 13 de junho, que reuniu os presidentes da Alemanha, Canadá, França, Itália, Japão, Reino Unido e Estados Unidos. Tal encontro serviu de cenário para que o novo governo estadunidense lançar três grandes propostas de acordo com sua estratégia de reconstruir sua hegemonia e promover a unidade com seus aliados da Europa e Japão, diante da competição com a China (e, neste caso, em menor medida com a Rússia), o que poderíamos chamar sua globalização recortada. Nesse sentido, Biden propôs: a) o projeto de infraestrutura global Build back better for the world [Reconstruir melhor para o mundo] como uma alternativa de “maior qualidade” ao One Belt, One Road [Um cinturão, uma rota; a “nova rota da seda”) promovido pela China; b) um imposto global mínimo de 15% sobre as grandes empresas multinacionais que deve ser pago não apenas em suas matrizes, mas também nos países onde vendem seus produtos; c) um esforço comum para combater a pandemia e distribuição de vacinas e assistência médica. Em particular, em seu confronto com a China, Biden “pressionou o grupo das democracias mais industrializadas do mundo” e, mesmo diante da posição da Alemanha e da União Europeia de manter a cooperação com a China, conseguiu chegar a acordo para seu plano global de infraestrutura que abrangeria países de baixa e média renda na América Latina, Caribe, África e Indo-Pacífico. Dias depois e após a reunião da Otan, Biden se reuniu na Suíça com o presidente russo Vladimir Putin. Para além das diferentes interpretações do encontro, o resultado imediato foi um passo para o relaxamento das relações bilaterais —com o regresso dos embaixadores e o início das consultas diplomáticas sobre as diferenças. No balanço proposto por Biden, ninguém se interessaria por “uma nova Guerra Fria”, “não houve ameaças” mas houve “divergências”.

#### **b) A integração em disputa**

Num panorama de enorme fragmentação, ainda mais evidente devido à pandemia, os diferentes órgãos de articulação entre os Estados também continuam a desenvolver sua dinâmica, nem sempre convergente.





## *Conflitos dentro do Mercosul continuam*

Até o momento, em 2021, a oposição entre a Argentina - que recentemente conseguiu somar o apoio do Paraguai - e o Brasil - com o apoio do Uruguai - se intensificou devido à forma e ao ritmo das negociações dos acordos comerciais dos países que compõem o bloco com outros países e regiões. A falta de acordo levou ao adiamento da reunião de ministros da Fazenda e das Relações Exteriores, marcada para o início de junho. Em relação a este debate, tornou-se público no último mês uma [declaração assinada pelos ex-presidentes](#) Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso, na qual afirmam: “Acordamos com o presidente da Argentina, Alberto Fernández, que este não é o momento de reduções tarifárias unilaterais pelo Mercosul, sem nenhum benefício para as exportações do bloco”. Assim, apoiaram o presidente argentino em sua decisão de resistir à iniciativa do Brasil de reduzir unilateralmente as tarifas de importação no Mercosul. Por outro lado, dias depois, em plenário, o [Conselho Empresarial Brasil-Argentina](#) se pronunciou em defesa da manutenção do poder de negociação do Mercosul na negociação de acordos comerciais e a favor de um período de transição coordenado para redução tarifária com uma agenda de cooperação para otimizar o comércio bilateral e o marco regulatório. Por fim, no final de junho, o ministro da Fazenda brasileiro, Paulo Guedes, criticou explicitamente o governo argentino em uma comissão do Senado, destacando também que aquele país “impede a modernização do bloco” e atribuindo a redação da carta assinada por ex-dirigentes brasileiros Lula e Cardoso aos esforços do embaixador argentino naquele país, Daniel Scioli, que respondeu com uma [carta pública](#) na qual, entre outros assuntos, afirmou que “a posição argentina (...) não é ideológica, mas sim busca uma modernização racional do Mercosul compatível com os tempos atuais, defendendo o emprego e o desenvolvimento das indústrias da Argentina e do Brasil”. Ao final desta edição, [o governo uruguaio anunciou](#) que buscará “negociar acordos comerciais extrazona”, ou seja, fora do Mercosul. Como comentamos em edições anteriores, esse era um tema recorrente que o presidente Lacalle Pou promoveu nos últimos meses. Sua realização poderia representar um duro golpe para o processo da integração.

Em outro tema bem diferente, mas igualmente importante, o Parlasul (Parlamento do Mercosul, formado por ora por representantes da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) decidiu no dia 26 de maio a [formação de uma Comissão especial de Verdade e Justiça em relação à Guerra da Tríplice Aliança \(1864-1870\)](#), por meio da qual serão investigados eventos que poderiam ser considerados crimes contra a humanidade. O autor do projeto, o parlamentar paraguaio Ricardo Canese (Frente Guasú) incluiu entre os argumentos da proposta que o confronto fratricida “significou o genocídio de 90% da população adulta masculina em condições de trabalho no Paraguai, além de inúmeras crianças, idosos/as e mulheres paraguaias”, além da “escravidão e saques em todo o país feitos com impunidade”.



## *Entre a OEA e a CELAC*

No caso da OEA, os últimos desdobramentos dizem respeito ao seu uso na mais recente ofensiva dos Estados Unidos, agora contra a Nicarágua, conforme discutido na seção Mesoamérica. Talvez como nenhum outro espaço do gênero, a OEA tem se mostrado muito ineficaz na coordenação de políticas em torno da pandemia, tema praticamente ausente das políticas da organização, quase inteiramente dedicada à interferência externa em países considerados adversários pela diplomacia estadunidense.

Em um contraponto implícito, a pandemia de Covid-19 é um dos principais eixos de articulação da Celac. Atualmente liderado pelo governo mexicano em qualidade de presidente pro tempore, esse órgão destacou os princípios de solidariedade e cooperação nos diferentes fóruns dos quais participou. E, mais recentemente, o México começou a distribuir vacinas para países menos favorecidos, como aconteceu em junho. “Hoje 150 mil doses da vacina Astrazeneca foram entregues na Guatemala, o mesmo número em Honduras e 100 mil em El Salvador. Há uma semana eles receberam Belize, Bolívia e Paraguai. A Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) é o meio mais eficaz de cooperação na região”, disse em 24 de junho o chanceler mexicano [Marcelo Ebrard em sua conta no Twitter](#).

Por outro lado, no dia 30 de junho, foi realizada a [XXXI Reunião de Coordenações Nacionais da Celac](#), como parte da preparação da XXI Reunião de Chanceleres, que será no dia 24 de julho, e da VI Cúpula de Chefes de Estado e Governo, prevista de maneira presencial para 18 de dezembro. Se concretizada, essa reunião presidencial seria a primeira do gênero desde a V Cúpula realizada em 2017 em Punta Cana, República Dominicana.

No contexto do bicentenário da Batalha de Carabobo, no dia 24 de julho, foi realizada presencialmente em Caracas a XIX Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Alba-TCP, a primeira da qual Luis Arce Catacora participou como Presidente do Estado Plurinacional da Bolívia. Na [declaração final](#) se abordou em geral todos os temas emergentes da geopolítica continental. Entre eles, destaca-se a referência ao sentido do espaço e, em particular, a caracterização dos desafios deste momento político:

Ratificamos nosso compromisso com uma integração genuinamente latino-americana e caribenha, que nos permita enfrentar unidos as pretensões de dominação imperialista e as ameaças crescentes à paz e estabilidade regional; com o multilateralismo e de acordo com os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e do Direito Internacional, em consonância com a Proclamação da América Latina e do Caribe como Zona de Paz.



### c) A articulação dos povos

Além da ação estatal, os movimentos e organizações populares também realizam atividades de integração, às vezes aliadas a governos nacionais ou organizações de integração, como é o caso da ALBA-TCP.

#### *5 de junho: “Uma Terra só”*

Essas ações incluem, no dia 5 de junho, a realização de uma Jornada Antiimperialista no Dia do Meio Ambiente. O espaço, que reúne organizações como a Marcha Mundial das Mulheres, a Via Campesina Internacional, o Fórum de São Paulo e a Assembleia Internacional dos Povos, entre outras, lançou na ocasião o [Manifesto Anti-imperialista em Defesa do Meio Ambiente: o planeta acima dos lucros - Uma única Terra!](#) Reproduzimos aqui alguns breves trechos:

Nós, seres humanos, temos apenas um planeta para viver. E só sobreviveremos em aliança com outros seres vivos, animais e plantas. A extração e exploração desenfreada dos bens da natureza, apenas em busca do lucro por grandes corporações, e a lógica do sistema capitalista levaram nosso planeta à exaustão.

(...) Este caminho levará inevitavelmente à destruição da humanidade e da natureza como a conhecemos. É um projeto de morte, dominação e destruição. A saída está na reconstrução da relação entre o ser humano e a natureza, onde a vida, o bem viver coletivo e os tempos ecológicos guiem as nações e os povos, não a ganância, o lucro e a propriedade privada. É uma saída da produção agroecológica de alimentos, da democratização do acesso à terra a partir da reforma agrária, do cuidado com os bens comuns como a água, a biodiversidade e a terra, e a transição para uma matriz energética que responda às reais necessidades da classe trabalhadora com justiça social e ambiental, superando o patriarcado e o racismo.

Por volta da data, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) divulgaram um relatório conjunto que alerta fortemente sobre a grave situação ambiental em que vivemos. “O agravamento da contaminação do solo e a proliferação de resíduos ameaçam o futuro da produção de alimentos, a saúde humana e o meio ambiente em todo o mundo e exigem uma resposta urgente em escala global”, diz em suas primeiras linhas o resumo da imprensa. Entre as conclusões, a principal é que “medidas urgentes são necessárias para desacelerar a tendência”:

A contaminação do solo e do meio ambiente continuará a piorar, a menos que haja uma mudança nos padrões de produção e consumo e um maior compromisso político para apoiar o manejo sustentável e respeitar totalmente a natureza. Com a pandemia gerada pelo coronavírus (Covid-19), à medida que se intensifica a geração de resíduos, a pressão sobre o meio ambiente também aumenta.



## *Carabobo, 200 anos depois*

Em 24 de junho de 1821, foi travada a batalha estratégica de Carabobo, que decidiu a independência da Venezuela e foi um marco importante no processo de libertação continental do Reino da Espanha, desenvolvido centralmente entre 1810 e 1830.

Nesse contexto, se realizou com eixo em Caracas - em parte virtual e em parte presencial - o Congresso Bicentenário dos povos do mundo, que reuniu centenas de organizações populares de todo o mundo. Consultada para esta publicação, Paula Klachko - coordenadora do Capítulo Argentino da Rede em Defesa da Humanidade e participante do Congresso - ofereceu seu balanço:

Com este Congresso, a Venezuela volta a ser o ponto de encontro dos povos e movimentos populares não só de Nuestra América, mas de todos os continentes, dos revolucionários e revolucionárias, dos e das militantes por um mundo melhor. Como aponta o documento final, que vale a pena ler, a pandemia aprofundou a crise civilizatória e agravou dramaticamente as desigualdades e iniquidades, mostrando que o capitalismo é inviável. Da mesma forma, o documento denuncia a intervenção imperialista na região contra os governos revolucionários e populares e os povos, na disputa pelos bens comuns que devem continuar sendo apoiados e defendidos; bem como destacou a solidariedade com as rebeliões e levantes populares que hoje acontecem na região contra as políticas neoliberais e governos repressivos e autoritários. Por fim, entre outras propostas, destacou a necessidade de articular e promover iniciativas de comunicação e capacitação popular, inclusive com a proposta da REDH de criação de uma Universidade em Defesa da Humanidade. Assim, deixa uma agenda regional e global muito importante para a ação dos movimentos populares.

Informou também que foram realizadas 82 reuniões virtuais anteriores por setor, nas quais participaram cerca de 30 mil pessoas de 123 países e 2.500 organizações; e que entre os dias 22 e 25 de junho 500 delegados viajaram a Caracas para participar diretamente do evento e muitas outras pessoas o fizeram virtualmente. Um deles foi Vijay Prashad, diretor global do Instituto Tricontinental, que considerou que “o Congresso foi muito importante porque reuniu forças políticas fundamentais que acreditam no espírito de Carabobo: soberania, regionalismo, multipolaridade; e contra o fedor da Doutrina Monroe, que significa imperialismo, sufocação, sanções unilaterais e ilegais”.



## 8. Em perspectiva

Com o bimestre maio-junho, o ano de 2021 completa seu primeiro semestre. De modo geral, mesmo olhando para um período mais longo - pelo menos desde o segundo semestre de 2019 - confirma-se que vivemos um momento político de grande intensidade e até de certa imprevisibilidade.

No período, o protagonismo da mobilização social e as maiores disputas no continente se localizam claramente ao longo da Cordilheira dos Andes: Chile, Peru, Colômbia, sempre Venezuela. Mas nenhum espaço está vazio de conflitos e acontecimentos significativos para essa totalidade que é a América Latina e o Caribe.

Haiti no Caribe insular, México e Nicarágua na Mesoamérica, Brasil na América do Sul, para citar alguns países que mencionamos no relatório - todos por motivos diversos e com suas particularidades, todos com seus elementos parcialmente comuns - protagonizam situações importantes pelo devir de cada sociedade e para esse universo complexo que é toda a região.

Retratar a amplitude e o dinamismo dos principais conflitos sociais é um desafio, nesse contexto. Por exemplo: sabemos que no Chile o processo institucional mais importante de sua história, decorrente da mobilização mais importante de sua história, continuará nos próximos meses. No imediato, além de iniciar as sessões da Convenção Constituinte a partir do início do mês, no dia 18 de julho haverá eleições primárias para definir as candidaturas presidenciais e será conhecido quem é o candidato dos dois pólos do espaço político. Mas isso é apenas parte de um cenário múltiplo, com várias possibilidades, o que ajudará a configurar posteriormente a continuidade do processo político. Lavín será eleito pela direita ou se alcançará a tentativa de renovação que Sebastián Sichel busca expressar? O candidato da esquerda será Daniel Jadue ou Gabriel Boric? Fora das primárias oficiais, mas alguns dias depois, o centro definirá as suas: Yasna Provoste ou Paula Nárvaez serão as candidatas? E os independentes, terão candidatura própria ou se articularão com a esquerda? Tudo isso vai acontecer nos próximos dois meses.

E também: como será definida a situação no Peru? Em 28 de julho, Pedro Castillo deve tomar posse como presidente. O que acontecerá com a CPI contra Bolsonaro? As mobilizações e repressão continuarão na Colômbia? Como evoluirá a situação política na Nicarágua? E assim por todo o continente, que também será marcado pela evolução da situação da saúde, e esta por sua vez pelas campanhas de vacinação. A isso acrescentamos a situação social e econômica global, um quadro crítico em que se desenvolvem pequenos, médios e grandes conflitos sobre renda e lugar para viver e que, por sua vez, ocorrem não apenas após um ano e meio de pandemia, mas também em um contexto de aumento do preço das matérias-primas.



As próximas semanas e meses trarão novidades em vários níveis. Até o próximo relatório bimestral, no início de setembro, tentaremos atualizar essas informações por meio de algumas reportagens de jornais e também do nosso podcast audiovisual: [Café Continental](#).



*Este relatório é preparado pela equipe da OBSAL (Observatorio de la Coyuntura de América Latina y el Caribe) composta por Laura Capote, Marcelo Depieri, Mauricio Ferolla, Leticia Garziglia, José Seoane e Fernando Vicente Prieto dos escritórios da Argentina e do Brasil do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social.*



 @ tricontinental\_ar

 thetricontinental

 @tricon\_es

 [americalatina@thetricontinental.org](mailto:americalatina@thetricontinental.org)

[www.eltricontinental.org/](http://www.eltricontinental.org/)